



**UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA**  
**FACULDADE DE TEOLOGIA**

**MESTRADO INTEGRADO EM TEOLOGIA (1.º grau canónico)**

**DANIEL ALEXANDRE DOS SANTOS RODRIGUES**

**MONSENHOR JOAQUIM ALVES BRÁS:**  
**UMA ESPIRITUALIDADE DESAFIANTE**

Dissertação Final  
sob orientação de:  
Prof. Doutor António Abel Rodrigues Canavarro

**Porto**  
**2015**

# SIGLÁRIO

---

## I. SAGRADA ESCRITURA

1 Jo	Primeira Carta de João
1 Pe	Primeira Carta de Pedro
1Tes	Primeira Carta aos Tessalonicenses
Fil	Carta aos Filipenses
Mc	Evangelho segundo São Marcos

## II. MAGISTÉRIO

AAS	Acta Apostolicae Sedis
ASS	Acta Sanctae Sedis

## III. ESCRITOS BLASIANOS<sup>1</sup>

Apost	Apontamentos sobre o Apostolado
CMc	Cartas do Monsenhor dirigidas às cooperadoras
CM/P	Cartas do Monsenhor dirigidas a Padres
CP	Cartas Postulatórias
D	Depoimentos
Fam	Apontamentos sobre a Família

---

<sup>1</sup> Escritos de Monsenhor Joaquim Alves Brás.

GVS (s)	Apontamentos sobre a Grandeza da Vocação Sacerdotal
ICF	Escritos sobre o Instituto das Cooperadoras da Família
MLC	Escritos sobre o Movimento por um Lar Cristão
NP	Notas Pessoais
Ob	Apontamentos sobre a Obediência
Pal	Palestra
Prep (S)	Apontamentos sobre a Preparação dos Sacerdotes
Ra	Apontamentos dos Retiros Anuais
Rep (PS)	Apontamentos sobre a Reparação nos padres e seminaristas
RSJ	Retiro às Servas de Jesus
Sant (S)	Apontamentos sobre a Santidade dos seminaristas
T	Apontamentos sobre o Terço
Temp	Apontamentos sobre o Tempo

# INTRODUÇÃO

---

“A Família é a célula fundamental da sociedade; é a nascente de onde brota a humanidade. Por isso a sociedade, a humanidade, será o que for a família”<sup>2</sup>. Consciente desta verdade, Monsenhor Alves Brás, fixando “o coração em Deus e os pés na terra”<sup>3</sup>, deixou-se confrontar com os problemas que afectavam as criadas de servir. Deste modo, desenvolveu um conjunto de iniciativas pastorais de defesa e promoção humana e espiritual da família. Não sendo um erudito ou um grande intelectual, Monsenhor Alves Brás marcou a Igreja portuguesa do século XX com o seu amor, determinação e zelo pastoral. Apesar de coxo, deixou-se conduzir pelo fogo do Espírito e incendiou o coração de muitos com o amor de Deus.

Apesar de, no percurso de Seminário, ter contactado com algumas cooperadoras da Família esse contacto não despertou em mim o desejo de conhecer o fundador e o seu carisma, este surgiu perante uma actividade académica, mais propriamente no decorrer das aulas de Pastoral Fundamental. Nestas foi-me proposto estudar a vida de Monsenhor Alves Brás e o impacto que teve na vida portuguesa do século XX. Este trabalho entusiasmou-me e deixou-me curioso.

Após este pequeno conhecimento da vida e da espiritualidade de Monsenhor Alves Brás torna-se possível, com este trabalho de mestrado, ir mais longe na descoberta e na compreensão da sua figura, dos seus ensinamentos e do seu carisma.

---

<sup>2</sup> BRÁS, Joaquim Alves – *Constituições*. In Arquivo Mons. Brás, *Dossier 14*, 14/ICF 6.

<sup>3</sup> MARCELINO, António Baltasar, *Prefácio*. In *Mons. Joaquim Alves Brás: um Apóstolo da Família*. Lisboa: Editorial Instituto das Cooperadoras da Família, 1994, 8.

Este trabalho de mestrado encontra-se dividido em três capítulos, concretamente: *Monsenhor Brás: um Homem no seu contexto*; *Monsenhor Brás: Vida segundo o Espírito* e *Monsenhor Brás: Espiritualidade feita Obra*.

O primeiro capítulo, mais dedicado a uma contextualização, apresenta alguns aspectos da vida de Monsenhor Alves Brás, salientando cinco momentos chave: o nascimento, a admissão ao seminário, a ordenação sacerdotal, o início da actividade pastoral com as criadas de servir e a morte. Estes momentos encontram-se marcados por um ambiente de transformações políticas, sociais e eclesiais que caracterizaram os inícios do século XX. Apesar das várias transformações e vicissitudes pelas quais teve de passar, Monsenhor Alves Brás manteve-se firme na sua fé, aliando o amor a Deus e o amor aos irmãos.

No segundo capítulo, após uma pequena apresentação da teologia sacerdotal, dos inícios do século XX até ao pontificado do Papa João XXIII, faz-se uma abordagem a alguns dos traços espirituais de Monsenhor Alves Brás. Assim, seguindo o tríplice dinamismo relacional da espiritualidade cristã, desenvolvem-se elementos característicos da espiritualidade sacerdotal de Monsenhor Alves Brás.

O grande eixo que conduz a sua espiritualidade é o “desejo de se identificar com Cristo mediante a prática da virtude e andando ao encontro dos irmãos necessitados”<sup>4</sup>. Deste modo, na sua vida, nos seus escritos, nos seus ensinamentos é Jesus Cristo o centro, a força de onde parte e para onde se encaminha a actividade pastoral.

O terceiro capítulo, partindo da espiritualidade, toma uma vertente mais pastoral. Neste, depois de se descrever a situação problemática das criadas de servir, faz-se um

---

<sup>4</sup> CARDOSO, Arnaldo Pinto - *Mons. Joaquim Alves Brás, Um Apóstolo da Família em Portugal*. In *Lumen* 60 (1999), 167.

elenco das obras fundadas por Monsenhor Alves Brás e dos seus objectivos para responder aos problemas das criadas e das famílias.

Finalmente, este trabalho de mestrado é fruto do contacto com os escritos pessoais de Monsenhor Joaquim Alves Brás, no Arquivo Mons. Brás, situado na sede geral do Instituto Secular das Cooperadoras da Família, da leitura de obras facultadas pelas Cooperadoras da Família e do estudo de outras obras aconselhadas.

# CAPÍTULO I

---

## MONSENHOR BRÁS: UM HOMEM NO SEU CONTEXTO

A atmosfera liberal e laicista, que agitou a Europa no século XIX, estendeu-se até ao ambiente português, tendo repercussões na política, sociedade e vida eclesial dos inícios do século XX. Envolvida por essa atmosfera agitada e agitadora, “nasceu uma plêiade de homens e mulheres extraordinários que, por suas virtudes humanas e cristãs, se tornaram notáveis”<sup>5</sup>.

Entre esta plêiade encontra-se um homem de saúde frágil, mas com um Espírito grandioso, de nome Joaquim Alves Brás. Um homem que deu a sua vida em defesa da família, trabalhando incansavelmente pela promoção humana, profissional e espiritual das criadas de servir. A vida de Monsenhor Joaquim Alves Brás pode ser caracterizada por ser uma vida de amor, de dedicação e de entrega a Deus e aos outros, marcada pela atenção à realidade concreta que o envolvia e interpelava.

Ainda que se possa caracterizar a vida de Monsenhor Joaquim Alves Brás por esta tríplice adjectivação, neste capítulo vamos apresentar alguns aspectos da sua vida que foram determinantes para a sua espiritualidade e para a sua actividade pastoral. Posteriormente, abordamos alguns elementos políticos, sociais e eclesiais característicos da sua época, marcada por acentuadas transformações, que ajudaram a formar e a crescer o homem, a sua espiritualidade e a sua actividade pastoral.

---

<sup>5</sup> CARDOSO, Arnaldo Pinto - *Mons. Joaquim Alves Brás, Um Apóstolo da Família em Portugal*, 165.

## 1. A SUA VIDA

Nas vésperas da primavera de 1899, em Casegas, uma pequena aldeia da Beira Baixa, nasceu Joaquim Alves Brás, que viria a ser “um incansável apóstolo da família em Portugal”<sup>6</sup>.

Da vida de Joaquim Alves Brás podem-se destacar cinco momentos que possibilitam um melhor enquadramento e uma percepção mais detalhada do que foi o seu percurso. Deste modo, retém-se o ano de 1899, a 20 de Março, dia em que nasceu para o mundo; o ano de 1917, a 20 de Novembro, momento em que foi admitido no Seminário do Fundão; o ano de 1925, a 19 de Julho com a ordenação sacerdotal; o ano de 1930-31, momento em que começou a sua actividade pastoral com as empregadas domésticas, e o ano de 1966, a 13 de Março, dia em que morreu em Lisboa, no Hospital de Jesus<sup>7</sup>.

A vinda de Joaquim ao mundo foi acompanhada de grande fragilidade física. Por isso foi-lhe administrado o baptismo de necessidade, no receio de que morresse sem ser cristão. Os restantes ritos baptismais recebeu-os, no dia 13 de Abril, na igreja matriz de Casegas. Obedecendo a um direito da época, assumiu o nome e cognome do padrinho, Pe. Joaquim Alves Brás, pároco de Louriçal do Campo.

Joaquim Alves Brás nasceu no seio de uma família da classe média que, para além de seus pais, Joaquim Araújo Pacheco e Maria da Conceição Alves, tinha ainda sete irmãos<sup>8</sup>. A família Pacheco possuía propriedades que cultivava com as próprias mãos,

---

<sup>6</sup> CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA - *Nota Pastoral da Conferência Episcopal Portuguesa no Centenário do Nascimento do Servo de Deus Mons. Joaquim Alves Brás*. In *Lumen* 60 (1999), 286.

<sup>7</sup> A Cronologia relativamente ao percurso de Joaquim Alves Brás e da sua obra pode ser consultada na parte final deste trabalho, designadamente em Anexo I.

<sup>8</sup> Cf. INFANTE, Franco - *Monsenhor Alves Brás*. Lisboa: Editorial Instituto das Cooperadoras da Família, 1976, 43-45.



recorrendo, quando o trabalho era mais intenso, a assalariados, que eram tratados como sendo da família.

O seu ambiente familiar foi-lhe transmitindo grandes valores humanos, nomeadamente a solidariedade e o amor à verdade, mas também muitas vivências espirituais que o marcaram para o resto da vida. Sua mãe era assoldada com Nossa Senhora<sup>9</sup> e seu pai congregado de S. José. Os pais foram os primeiros catequistas, recebendo deles um rico leque de orações e devoções. Para além das orações da manhã e da noite, a família Pacheco reunia-se para rezar o terço e fazer algumas leituras espirituais<sup>10</sup>. Ao domingo todos frequentavam a eucaristia.

Aos onze anos, Joaquim Alves Brás foi obrigado a interromper os estudos devido a um tumor na coxa. “O Joaquim ficou retido em casa dos 11 aos 14 anos, passando a maior parte do tempo no leito”<sup>11</sup>, rezando e ensinando catequese a alguns colegas que o visitavam. Este período de sofrimento fez nascer em Joaquim o desejo de se consagrar ao Senhor. Ao recuperar alguma mobilidade, dedicou-se à adoração ao Santíssimo Sacramento, na Igreja Matriz.

Após fazer o exame da 4ª classe com aprovação, a 2 de Agosto de 1913, Joaquim Alves Brás não prosseguiu os estudos por dificuldades económicas, pois a família era grande e três dos irmãos já se encontravam a estudar fora da aldeia. Deste modo dedicou-se, com o pai, ao trabalho agrícola até aos 18 anos, momento em que os três irmãos regressaram, após concluírem os cursos.

---

<sup>9</sup> Devoção mariana que consistia no compromisso de rezar, no mês de Março, 31 Avé-Marias por dia. Este exercício piedoso era intensificado no dia da Anunciação, 25 de Março (Cf. INFANTE, Franco - *Monsenhor Alves Brás*, 57).

<sup>10</sup> Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida - *O Padre Joaquim Alves Brás: Uma vida, uma obra*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1991, 27.

<sup>11</sup> INSTITUTO SECULAR DAS COOPERADORAS DA FAMÍLIA - *Padre Alves Brás: O importante é a Família*. 5ª Edição. Lisboa: Editorial Instituto das Cooperadoras da Família, 2011, 21.

Terminando esta primeira etapa da vida de Joaquim Alves Brás, torna-se referência a sua entrada no seminário. Assim, aos 18 anos foi admitido no Seminário Menor, no Fundão. Porém, a entrada no Seminário Menor, denominado Internato Académico<sup>12</sup>, não se encontrou livre de dificuldades e provações.

Antes de ser admitido, Joaquim Alves Brás teve que enfrentar a oposição do irmão António, recentemente ordenado sacerdote e nomeado perfeito e professor do Seminário Menor, que o considerava inapto para o sacerdócio. Todavia, o jovem Joaquim não desistiu, sendo admitido a 20 de Novembro de 1917, ano lectivo em que encerrou o Internato.

Já admitido, Joaquim Alves Brás teve que se adaptar a um novo ambiente e estilo de vida. Com o Internato encerrado, os seminaristas foram divididos por sete casas de família, denominadas “repúblicas”, onde residiam e assistiam às aulas. A vida de piedade desenvolvia-se quotidianamente na igreja matriz<sup>13</sup>. Este ambiente, caracterizado pela pobreza e pelo sacrifício, foi marcando os jovens seminaristas.

Os estudos, deixados aos 14 anos, foram retomados com algumas dificuldades, vencidas pela sua aplicação e zelo. Deste modo, foi progredindo no saber, mais prático que teórico, e, sendo bastante exigente consigo mesmo, tornou-se modelo de seminarista. Às diversas dificuldades juntou-se, a 2 de Março de 1923, a morte do pai.

Neste percurso de seminário, primeiro Menor, no Fundão, e depois Maior, na Guarda, Joaquim Alves Brás foi sempre acompanhado pela coxalgia que, ora activa ora “amuada”, o fazia sofrer e requeria uma constante atenção.

---

<sup>12</sup> Esta denominação deve-se à proibição de existirem seminários para além dos cinco autorizados pela República para o ensino da teologia: Braga, Porto, Coimbra, Lisboa (S. Vicente) e Évora (Cf. LOURENÇO, Joaquim Maria - *Situação Jurídica da Igreja em Portugal: (Análise histórico-jurídica e crítica das relações da Igreja Católica com o Estado Português)*. Coimbra: Coimbra Editora, 1943, 201).

<sup>13</sup> Cf. INFANTE, Franco - *Monsenhor Alves Brás*, 139.

Numa terceira etapa pode-se acompanhar o início da vida sacerdotal do Padre Joaquim Alves Brás. Assim, ordenado a 19 de Julho de 1925, foi nomeado pároco de Donas, pequena freguesia do arciprestado do Fundão, juntando-se-lhe a missão de confessor dos seminaristas do Seminário Menor do Fundão. Nesta nova missão esperava-o grande trabalho, como se pode constatar por uma carta que Monsenhor Alves Brás enviou, nos últimos dias da sua vida, ao pároco de Donas, Pe. Ruivo de Carvalho. Nesta escreve:

“Capela de S. Roque. Estava em ruínas quando, em Setembro de 1925, entrei na freguesia, como em miserável estado de conservação estava a própria igreja paroquial. Comecei por esta e, quando acabei, quis restaurar a capela de S. Roque, mas o Senhor D. José Alves Matoso não deixou, dizendo-me que as capelas curiais só serviam para arrelias e não para o culto dos Santos e glória de Deus”<sup>14</sup>.

Todavia se o trabalho material na paróquia era importante e necessário, muito mais era o trabalho espiritual. A paróquia encontrava-se religiosamente debilitada, devido ao alcoolismo e às desordens familiares. Daí que o Pe. Joaquim Alves Brás tivesse desenvolvido um alargado leque de iniciativas de renovação espiritual e de esmerada acção pastoral.

Durante cinco anos dedicou-se, com zelo e solicitude, à acção pastoral em Donas, visitando as famílias, os doentes e os pobres e atendendo todos que o procuravam, e ao acompanhamento dos seminaristas no Fundão, onde se deslocava todas as semanas. Tal dedicação fez-se ressentir na sua saúde, levando a que a sua perna entrasse em crise aguda, com a abertura de quatro fístulas. Após algum tempo de repouso e tratamento, o bispo da diocese tirou-o da paróquia e nomeou-o director espiritual do Seminário Maior da Guarda.

O Pe. Joaquim Alves Brás aceitou a nova missão com grande sentido de responsabilidade, empenhando-se por ser bom educador, com o exemplo de vida, os

---

<sup>14</sup> BRÁS, Joaquim Alves – *Cartas*. In Arquivo Mons. Brás, *Dossier 19*, 19/CM/P 2.

conselhos e a sinceridade de ser um homem enamorado por Deus. D. José Alves Matoso depositava grande confiança no Pe. Brás, pois não só lhe confiou a missão de dirigir espiritualmente os seminaristas maiores, mas também o escolheu para seu confessor.

A par da missão de director espiritual do Seminário, o Pe. Joaquim Alves Brás foi-se dedicando a outras actividades que ultrapassavam os muros do Seminário: “pregações, retiros, reuniões, organizações de estudantes, de operários, de Filhas de Maria e outras mais”<sup>15</sup>. Entre estas muitas actividades, o Pe. Brás deu lugar especial às visitas ao hospital da cidade. Estas passaram a ser uma constante, visto que, pela sua dificuldade em mobilizar-se provocada pela coxalgia, não podia acompanhar os seminaristas nos passeios semanais.

Numa destas visitas ao Hospital, mais propriamente à secção da maternidade, entre 1930 e 1931, o Pe. Joaquim Alves Brás apercebeu-se que entre as mulheres que estavam para ser mães existiam muitas jovens, empregadas domésticas (criadas de servir), “atiradas para a sarjeta da imoralidade”<sup>16</sup>. Assim, o Pe. Joaquim Alves Brás encarou o realismo do problema, expondo-o ao Provedor da Santa Casa da Misericórdia, ao Governador Civil e ao Bispo.

Perante o negro panorama, o Pe. Brás foi encarregado de preparar as empregadas domésticas para a comunhão pascal e, desde então, não parou. Começou a reunir com as empregadas uma vez por mês, apercebendo-se das carências e dos perigos que afectavam a classe das criadas de servir.

O problema era complexo, humanamente aflitivo. O Pe. Joaquim Alves Brás, para lhe tentar responder, necessitava de duas coisas: por um lado, de uma casa para acolher as

---

<sup>15</sup> INSTITUTO SECULAR DAS COOPERADORAS DA FAMÍLIA - *Padre Alves Brás: O importante é a Família*, 51.

<sup>16</sup> INFANTE, Franco - *Monsenhor Alves Brás*, 303.

jovens que fossem despedidas e não tivessem para onde ir, providenciando um sítio que evitasse a queda nas redes de prostituição, e, por outro, de proporcionar formação a esta classe social. Assim, surgiu uma pequena casa e com ela a *Obra de Previdência e Formação de Criadas*, aprovada pela autoridade civil a 12 de Abril de 1932 e por D. José Alves Matoso a 27 de Abril<sup>17</sup>.

Como forma de manter as associadas da Obra em contacto, o Pe. Joaquim Alves Brás começou a publicar, em 1934, o jornal “Voz das Criadas” que, em 1967, passa a chamar-se “Bem-Fazer”. A este jornal juntaram-se, em 1964, outros títulos, quando o Pe. Brás promoveu o movimento “Voluntários do Apostolado da Imprensa”.

A generosidade de algumas empregadas domésticas era grande. Porém, a Obra necessitava de alguém que se lhe dedicasse a tempo inteiro. Assim, a 4 de Junho de 1933, o Pe. Brás reuniu um grupo de seis empregadas que se consagraram ao serviço da Obra, sem deixarem de servir os patrões. Deste modo, o Pe. Joaquim Alves Brás lançava os alicerces do futuro Instituto Secular das Servas da Família, aprovado pelo Bispo diocesano, em 1937.

Percorrendo o país, o Pe. Brás fez despertar muitas consciências para a dura realidade das empregadas domésticas, expandindo a Obra por diversas cidades. Com o crescimento da Obra, o Pe. Joaquim Alves Brás é dispensado, em 1942, da direcção espiritual do Seminário, mudando, em 1944, a sede da Obra para Lisboa.

Como reconhecimento pela dedicação e pela obra realizada, o Pe. Joaquim Alves Brás foi nomeado Monsenhor, a 26 de Abril de 1958, pelo Papa Pio XII. Assim, no final das comemorações das “Bodas de Prata” da fundação da Obra de Previdência e Formação das Criadas, D. Domingos Gonçalves, bispo da Guarda, comunicou: “O Santo Padre Pio

---

<sup>17</sup> Cf. INFANTE, Franco - *Monsenhor Alves Brás*, 315.

XII agraciou o Padre Alves Brás com o título de Monsenhor, pelo que, a partir de agora, deveis dobrar a língua e chamar-lhe Monsenhor”<sup>18</sup>.

Passados quatro anos, em 1962, Monsenhor Joaquim Alves Brás foi elevado à dignidade de *Prelado Doméstico* pelo Papa João XXIII. Porém, Monsenhor Brás nunca aceitou usar a batina roxa de prelado.

A vida de Monsenhor Joaquim Alves Brás foi uma constante entrega a Deus e aos irmãos, nomeadamente aos mais necessitados, aliando sempre dedicação e sacrifício. Por isso, depois da sua morte, a 13 de Março de 1966, a sua Obra continuou a crescer, atravessando fronteiras.

Após anuência do episcopado português, em 1990, foi aberta a Causa de Beatificação do Monsenhor Joaquim Alves Brás. O Papa Bento XVI, a 15 de Março de 2008, reconheceu a heroicidade das Virtudes do Servo de Deus Joaquim Alves Brás.

## **2. PORTUGAL DOS INÍCIOS DO SÉCULO XX**

A vida de Monsenhor Joaquim Alves Brás não foi imune face à situação política e social de Portugal na transição do século e nomeadamente nos inícios do século XX. Esta foi sem dúvida uma época de transição e instabilidade, marcada por enormes ambiguidades e desigualdades.

---

<sup>18</sup> INSTITUTO SECULAR DAS COOPERADORAS DA FAMÍLIA - *Padre Alves Brás: O importante é a Família*, 91.

Monsenhor Alves Brás viveu, sentiu e sofreu com as consequências da instabilidade política e social do pequeno país que era o seu. Porém, não se conformou com a situação e tentou, dentro das suas possibilidades, ajudar o país a crescer humana e espiritualmente.

## **2.1. Contexto Político**

Nas últimas décadas do século XIX o regime monárquico e as políticas por ele seguidas foram alvo de grande descrédito. Assim, em consequência da cedência ao Ultimato inglês de Janeiro de 1890, que exigia a retirada das “forças militares portuguesas actualmente no Chire e no país dos Macololos e Machonas”<sup>19</sup>, ou seja, dos territórios entre Angola e Moçambique, Portugal, tomado de indignação, foi varrido por tumultos de rua, manifestações anti-inglesas e jornadas patrióticas<sup>20</sup>.

A oposição ao Governo e principalmente o Partido Republicano aproveitaram-se da indignação popular para atacar a situação política vigente no país, transformando-a em propaganda republicana. Assim, o partido Republicano foi ganhando apoio popular, nomeadamente entre as populações citadinas e juvenis.

O crescimento do republicanismo e a crise política instalada levaram a que alguns sargentos se revoltassem no Porto, a 31 de Janeiro de 1891. Porém, os revoltosos, que invadiram a Câmara e proclamaram a República, foram vencidos, adiando o sonho de implantar a República em Portugal.

---

<sup>19</sup> SARAIVA, José Hermano - *As questões ultramarinas e o fim da monarquia*. In *História de Portugal*, vol.3. [S.l.]: Publicações Alfa, 1983, 492.

<sup>20</sup> Cf. SERRÃO, Joaquim Veríssimo - *História de Portugal, volume X: A Queda da Monarquia (1890-1910)*. [S.l.]: Editorial VERBO, 1988, 15.

A fragilidade das instituições monárquicas e o prolongamento da instabilidade governamental aumentaram as dissidências e agravaram a questão das finanças públicas, atrasando o pagamento dos empréstimos externos e conduzindo ao corte de relações diplomáticas com algumas potências europeias. Assim, após uma sucessão de curtos governos, o rei D. Carlos confia, em 1906, o governo a João Franco, com a esperança de que as suas reformas sociais travem a agitação e o avanço das ideias republicanas. Porém, a ditadura franquista não serenou o país, pelo contrário, aumentando a repressão, deu à agitação popular um tom violento, que conduziu ao regicídio de D. Carlos e à morte do príncipe herdeiro D. Luís Filipe, em 1908.

Após o regicídio, D. Manuel II assumiu o poder. Todavia o ideário republicano já estava fortemente implantado, só faltando o momento oportuno para eclodir a revolução. Assim, após um conjunto de brevíssimos governos, marcados por uma política liberal e anticlerical, eclodiu, na noite de 4 de Outubro de 1910, a revolução republicana organizada por oficiais de carreira, que apenas com o apoio de civis conseguiu fazer cair a monarquia e implantar, no dia seguinte, a República.

A República tinha diante de si a dura realidade governativa, encontrando o país ainda muito ruralizado, com uma economia atrasada, “socialmente agitado, politicamente ávido de mais liberdade”<sup>21</sup>.

A sociedade portuguesa necessitava de um regime forte que fosse capaz de a reformar. Assim, o primeiro Governo, presidido por Teófilo Braga, passou a desenvolver um conjunto de reformas que, marcando a novidade do quadro social e mental, fossem uma ruptura entre o passado monárquico e o presente republicano. Entre as várias reformas destacam-se o novo quadro legislativo, com a expulsão das ordens religiosas, a proibição

---

<sup>21</sup> REIS, António - *A Primeira República*. In *História de Portugal*, vol.3, 520.



do ensino e do juramento religiosos e a promulgação da Lei da Separação da Igreja do Estado, a 20 de Abril de 1911; o novo quadro institucional da família, com a introdução do divórcio e a criação de instituições de protecção à infância e à velhice; e o novo quadro da instrução pública, com a obrigatoriedade do ensino primário até aos dez anos e a reestruturação e modernização do ensino. Para além disso, são alterados os símbolos identificativos do país, muda-se a bandeira, *A Portuguesa* substitui o *Hino da Carta*, o real dá lugar ao escudo e até mesmo a ortografia sofre mudanças.

A governação republicana não conseguiu a estabilidade política do país, indispensável para uma acção reformadora. Aos vários Governos de coligação, que governaram até Janeiro de 1913, sucede um conjunto de Governos que preparam a participação de Portugal na I Guerra Mundial. Todavia, um levantamento militar conduz, em 1915, à demissão de Azevedo Coutinho, sendo chamado a formar Governo o general Pimenta de Castro. Este mostra-se complacente para com os partidários monárquicos e hostil para com a grande hegemonia do Partido Democrático. Assim, em Março, Pimenta de Castro impede a reabertura do Parlamento e instala uma ditadura que será derrubada por revolta, em Maio, entregando o Governo novamente aos Democráticos.

A nível internacional, tinha eclodido a I Guerra Mundial e a Grã-Bretanha pressiona Portugal, no sentido de reter os navios alemães que se encontram nos portos portugueses. Em consequência, nos inícios de 1916, a Alemanha declara guerra a Portugal. Assim, Afonso Costa, então chefe do Governo, propõe a criação de um Governo de União Nacional, abdicando da liderança para António José de Almeida, e conduz as negociações para a participação de Portugal na Guerra, salvaguardando os interesses nacionais<sup>22</sup>.

---

<sup>22</sup> Cf. AMEAL, João - *História de Portugal das Origens até 1940*. 7ª Edição. Porto: Livraria Tavares Martins, 1974, 700.

Com a participação no conflito, a agitação social agudiza-se e o descontentamento prolifera. Assim, através de um golpe de Estado, o major Sidónio Pais assume o poder, em Dezembro de 1917, destituindo o Presidente da República, Bernardino Machado, tendo dissolvido também o Congresso. Sidónio Pais, com o objectivo de tirar Portugal da guerra, procura apoio de republicanos desiludidos e monárquicos desejosos de restauração. Porém, o apoio à ditadura de Sidónio Pais vai desembocar num duplo conflito, por um lado, entre republicanos e monárquicos, por outro, entre republicanos democratas e republicanos sidonistas.

Após a morte de Sidónio Pais, a 14 de Dezembro de 1918, sucederam-se alguns Governos que se mostraram incapazes de responder à crise política. Assim, respondendo à desilusão popular, a 28 de Maio de 1926, o general Gomes da Costa revolta-se em Braga e, em Lisboa, é constituída uma junta revolucionária, liderada pelo comandante Mendes Cabeçadas, pressionando o presidente da República Bernardino Machado a demitir-se. Este golpe de Estado coloca termo à Primeira República que, em dezasseis anos, contou com quarenta e cinco Governos e instaura um regime autoritário e conservador.

O Exército tomou as rédeas ao país e, apesar de algumas tentativas de contra-revolução, apresentou-se firme. Assim, em Fevereiro de 1928, o general Carmona, único candidato, foi eleito Presidente da República pelas urnas. O Governo, presidido por José Vicente de Freitas, foi confiado a personalidades fora da política, assumindo a pasta das Finanças o professor António de Oliveira Salazar, a quem os chefes militares colocaram como “mentor do regime e condutor do destino político português”<sup>23</sup>.

---

<sup>23</sup> SARAIVA, José Hermano - *Estado Novo*. In *História de Portugal*, vol.3, 541.

A maior permanência dos Governos deu ao país estabilidade<sup>24</sup>, possibilitando a aplicação de programas reformadores e a reorganização das finanças públicas. Porém, o Governo sentia a necessidade de ouvir a opinião pública, daí que surgisse a ideia de criar uma organização política não partidária que substituiria o Congresso. Assim, em 1931, surge o Conselho Político Português, com função consultivo.

O projecto da Nova Constituição foi publicado na imprensa, em Maio de 1932. Todavia, o projecto trouxe conflitos para o interior do Governo, levando a que este se demitisse, em Junho, e fosse substituído por novo Governo, liderado por Oliveira Salazar. O novo Governo submeteu o projecto de Constituição ao plebiscito e empenhou-se para que esta fosse aprovada, o que acontece a 11 de Abril de 1933, dando início ao chamado período do *Estado Novo*.

A estabilidade política e a longa duração dos governos<sup>25</sup> possibilitaram a reorganização de vários sectores da vida nacional. Assim, apresentam-se um conjunto de objectivos:

“... disciplina nos serviços, a organização da função pública, a estabilidade nos salários e nos preços (...) reorganização e rearmamento do Exército, a construção de vias de comunicação, portos e aeroportos, o desenvolvimento da rede eléctrica nacional, hidráulica agrícola, edifícios escolares, reparação dos monumentos, etc”<sup>26</sup>.

A reorganização do Estado custou inúmeras restrições no campo das liberdades cívicas e foi influenciada por alguns problemas de política externa, nomeadamente a Guerra Civil Espanhola, entre 1936 e 1939, a Segunda Guerra Mundial, entre 1939 e 1945,

---

<sup>24</sup> Cf. SERRÃO, Joaquim Veríssimo - *História de Portugal, volume XIII: Do 28 de Maio ao Estado Novo (1926-1935)*. [S.l.]: Editorial VERBO, 1997, 26-28.

<sup>25</sup> O general Óscar Carmona é reeleito Presidente da República até à morte, em 1951, e António de Oliveira Salazar conduz a política portuguesa até que a doença o inutiliza, em 1968 (Cf. SARAIVA, José Hermano - *Estado Novo*, in *História de Portugal*, 548).

<sup>26</sup> SARAIVA, José Hermano - *Estado Novo*, 549.

a Independência da União Indiana, em 1947, com o problema da Índia Portuguesa anexada em 1961, e a Guerra Ultramarina, entre 1961 e 1974.

## **2.2. Contexto Social**

A vida social portuguesa, na transição do século e essencialmente na primeira metade de novecentos, encontra-se sustentada não só pelo ambiente político, mas também pelo ambiente económico-financeiro, demográfico, cultural e religioso. Assim, a par da instabilidade política, que se viveu no Portugal dos finais do século XIX e inícios do século XX, houve grande instabilidade social, na qual Monsenhor Joaquim Alves Brás irá crescer, viver e desenvolver a sua actividade pastoral.

Na segunda metade de oitocentos, Portugal foi transformado pela construção de estradas e a “revolução do comboio” que tornaram possível uma maior mobilidade de pessoas e bens, ajudando a escoar os produtos agrícolas. Porém, esta transformação e o recurso a empréstimos externos tornaram o país dependente economicamente do estrangeiro<sup>27</sup>. Assim, quando, em 1890, surge o Ultimato inglês, Portugal encontrava-se com dificuldades financeiras agravadas pela crise internacional. Como consequência desta situação conjuntural, os preços inflacionaram e os salários entraram em queda, conduzindo ao encerramento de muitos estabelecimentos comerciais e ao crescimento desenfreado do desemprego<sup>28</sup>.

---

<sup>27</sup> Cf. SARAIVA, José Hermano - *As questões ultramarinas e o fim da monarquia*, 477-479.

<sup>28</sup> Cf. CASTRO, Armando de - *Tensões e modificações económico-sociais (1890-1910)*. In *História de Portugal*, vol.3, 636.

A economia portuguesa, nos finais do século XIX, encontrava-se fundamentalmente sustentada por uma agricultura atrasada tecnologicamente. Apesar da riqueza em certos produtos, nomeadamente vinho, cortiça e frutas, que possibilitavam a exportação, Portugal possuía um grande défice na produção de cereais. Assim, a importação de cereais para o abastecimento do país tornou-se um “fardo pesado” para as finanças nacionais<sup>29</sup>.

A par da difícil situação económica, deu-se um aumento demográfico. A população era predominantemente rural, encontrando-se dividida em dois principais grupos, os camponeses e os burgueses. Da pouca população urbana, cerca de 15% da população nacional, metade habitava nas cidades de Lisboa e do Porto<sup>30</sup>. O movimento de deslocação da população rural para os meios citadinos, na última década de oitocentos, intensificou-se, provocando tensões, uma vez que apenas “uma parte dos que saíram dos campos consegue integrar-se na sociedade urbana”<sup>31</sup>.

O fenómeno da emigração era uma realidade já há muito presente. Porém, na última década do século XIX, tornou-se um flagelo social, ultrapassando a média anual de 25000 emigrantes, excluindo a emigração clandestina. Esta era sustentada principalmente pelas populações do norte e centro do país, nomeadamente do Minho e das Beiras<sup>32</sup>.

A cultura portuguesa, na mudança do século, encontrava-se muito longe de atingir os níveis mínimos de comparação com as potências europeias. A taxa de analfabetismo situava-se acima dos 75%<sup>33</sup>. Assim, apesar dos resultados conseguidos nos últimos anos do

---

<sup>29</sup> Cf. MARQUES, A. H. de Oliveira - *A 1ª República Portuguesa (Alguns Aspectos Estruturais)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1975, 17.

<sup>30</sup> Cf. MARQUES, A. H. de Oliveira - *A 1ª República Portuguesa (Alguns Aspectos Estruturais)*, 127.

<sup>31</sup> SARAIVA, José Hermano - *As questões ultramarinas e o fim da monarquia*, 479.

<sup>32</sup> Cf. SERRÃO, Joaquim Veríssimo - *História de Portugal, volume X: A Queda da Monarquia (1890-1910)*, 15.

<sup>33</sup> Cf. MARQUES, A. H. de Oliveira - *A 1ª República Portuguesa (Alguns Aspectos Estruturais)*, 89.

regime, a monarquia tinha colocado a educação em segundo plano na ordem de prioridades.

A mudança de regime trouxe poucas melhorias à vida da sociedade portuguesa, pois as dificuldades financeiras continuaram a agravar-se, a população não parou de crescer, surgindo novas classes sociais, e a emigração duplicou.

“A sociedade portuguesa atravessa profunda crise. O receio, a insegurança, as incessantes conjuras das alfurjas, os dissídios dos partidos, a obcecação dos atentados pessoais, o caos administrativo, as violências contra o clero e contra os monárquicos – produzem mal-estar crescente”<sup>34</sup>.

Porém, o regime republicano reformou o ensino, abrindo a instrução a todos. O ensino primário foi descentralizado e dividido em três graus, sendo criadas novas escolas. A par do ensino para as crianças, surgiu, apesar da reduzida expressão, um conjunto de escolas móveis destinadas ao ensino dos adultos. Porém, a taxa de analfabetismo manteve-se elevada.

Ao longo da primeira República, Portugal continua socialmente atrasado, com uma economia enferma, perturbada drasticamente no pós-guerra com a crise financeira internacional de 1920-22 que aumentou o custo de vida e o desemprego, triplicou a dívida e intensificou a agitação social, estendendo-se até ao fim da primeira República.

Para além disso, o sector agrário, pouco produtivo, fora atingido por graves dificuldades, levando a que, em 1929, fossem tomadas medidas para incentivar a produção. Porém, as dificuldades agrárias levaram muita gente à miséria e engrossaram as fileiras de

---

<sup>34</sup> AMEAL, João - *História de Portugal das Origens até 1940*, 695.

população rural que se deslocavam para a cidade à procura de melhores condições de vida<sup>35</sup>.

Esta crescente deslocação provocou um grave problema social, pois a procura de emprego superava em muito a oferta, conduzindo muitas mulheres para as redes de prostituição e muitos homens para a emigração clandestina.

Ao assumir a pasta das Finanças, António de Oliveira Salazar afirmava: “Sem finanças sólidas não há economia sã, sem boa economia não há paz social, sem sociedade em paz de balde se procura um equilíbrio político”<sup>36</sup>. Assim, empenhou-se, desde logo, por reorganizar as finanças públicas. Para tal, não se importou de sacrificar a população portuguesa.

Após 1935, deu-se uma ligeira melhoria financeira, proporcionando o desenvolvimento do sector industrial e o aumento na produção agrícola. Porém, as condições económicas da população portuguesa, em grande crescimento, são miseráveis em comparação com algumas potências europeias, mantendo o desnivelamento entre o campo e a cidade.

### **3. A IGREJA PORTUGUESA NO INÍCIO DO SÉCULO XX**

Monsenhor Joaquim Alves Brás, como se tem vindo a observar, viveu e actuou num tempo de grandes transformações na política e sociedade nacional. Porém, também no

---

<sup>35</sup> Cf. CASTRO, Armando de - *A dinâmica económica desde 1910 até à década de 1960*. In *História de Portugal*, vol.3, 646.

<sup>36</sup> SARAIVA, José Hermano - *Estado Novo*, 541.

seio da Igreja portuguesa houve mudanças significativas que marcaram a vida, a espiritualidade e a pastoral de Monsenhor Alves Brás.

As relações da Igreja com o Estado tiveram vários momentos de união, de tensão e de colaboração, que conduziram e desinstalaram o catolicismo português. Monsenhor Alves Brás, para além de viver esses momentos, soube estar atento e recolher deles o que podia ajudar o povo de Deus, nomeadamente as criadas de servir e as famílias, a crescer na sua fé e religiosidade.

### **3.1. Contexto Religioso**

Nos finais do século XIX havia em Portugal um significativo contraste entre a religiosidade e a espiritualidade da população rural e as da população urbana. Pois, enquanto no campo havia grande simbiose entre trabalho e religião, na cidade a religião foi perdendo a seu lugar na vida das populações. Assim, logo nos inícios do século XX a Igreja sente a necessidade de revigorar as formas de culto e devoções citadinas<sup>37</sup>.

Seguindo o modelo cultural de Lourdes, muitos santuários marianos portugueses, nos finais de oitocentos, foram promovendo uma espiritualidade penitencial e sacramental, fomentando a prática da confissão e da eucaristia. Porém, muita da religiosidade popular portuguesa, nomeadamente a devoção a Nossa Senhora e aos santos, encontrava-se afastada do disciplinamento da autoridade eclesiástica.

---

<sup>37</sup> Cf. FONTES, Paulo - *O Catolicismo português no século XX: da separação á democracia*. In *História Religiosa de Portugal*, Vol. 3. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002, 149.



O embate com a República e a laicização que esta impunha causaram inúmeras dificuldades nas práticas devocionais. A proibição de actos de culto públicos levou a que algumas devoções fortemente implantadas na população portuguesa, nomeadamente a procissão do Corpo de Deus, fossem caindo em desuso. Porém, o culto eucarístico foi-se desenvolvendo ao longo de novecentos, com o aparecimento de variados movimentos de Adoração Eucarística.

A expulsão das ordens religiosas condicionou a prática devocional, principalmente a devoção ao Sagrado Coração de Jesus, fomentada pelos jesuítas, e a de Santo António, motivada pelos franciscanos. Para além disso, muitos santuários foram administrados por adeptos da República laicizando o culto.

Na Beira Baixa, a devoção a S. José e à Sagrada Família de Nazaré, muito arraigada nos séculos anteriores, foi-se perdendo. Todavia em meados do século XX, ainda se encontravam “jaculatórias, orações a S. José, oratórios da Sagrada Família”<sup>38</sup> e alguns vestígios do terço de S. José.

Apesar dos ventos contrários, a devoção mariana, impulsionada pela proclamação do dogma da Imaculada Conceição, em meados do século XIX, e pelas aparições em Lourdes, continuou a marcar profundamente a religiosidade e a piedade da população, marcada pela “teologia e espiritualidade reparadoras”<sup>39</sup>. Assim, em 1917, as aparições de Nossa Senhora em Fátima mobilizaram a religiosidade do país, fortalecendo as fragilizadas estruturas eclesiais e marcando toda a espiritualidade posterior.

Após os acontecimentos de Fátima, a religiosidade popular foi-se revitalizando e disciplinando. Assim, em 1918, a beatificação do «Santo Condestável», Nuno Álvares

---

<sup>38</sup> CARVALHO, Maria José Barreiros de - *A Sagrada Família em Portugal*. In *Família de Nazaré, Mistério e Exemplo*. Prior Velho: Instituto Secular das Cooperadoras da Família/Paulinas, 2005, 312.

<sup>39</sup> FONTES, Paulo - *O Catolicismo português no século XX: da separação à democracia*, 159.

Pereira, promoveu grande devoção entre a juventude católica. Na mesma época, as tropas que regressavam da Flandres trouxeram para Portugal a devoção a Santa Teresa do Menino Jesus.

Este “cruzamento de múltiplos planos e referências devocionais expressa, afinal, uma recomposição do próprio universo religioso católico”<sup>40</sup> que revitaliza a Igreja e que está na origem de diversas actividades pastorais no âmbito social.

### **3.2. Contexto Eclesial**

Após a hostilização liberal da primeira metade do século XIX, a Igreja portuguesa foi passando progressivamente de uma posição de recusa e crítica a um envolvimento e colaboração com o regime liberal<sup>41</sup>. Assim, a vida interna da Igreja portuguesa foi-se reorganizando, abrindo seminários e restaurando várias ordens religiosas, nomeadamente as ligadas ao ensino.

Este envolvimento conduziu, na segunda metade do século XIX, a uma “aliança do Trono e do Altar”<sup>42</sup>. Através desta, a Igreja passou a exercer influência e poder na Monarquia Constitucional, elegendo clérigos para a câmara baixa do Parlamento, havendo prelados em governos e tendo todo o episcopado lugar na câmara alta. Porém, nas últimas décadas da monarquia, a Igreja começa a ser hostilizada pelos sectores anticlericais,

---

<sup>40</sup> FONTES, Paulo - *O Catolicismo português no século XX: da separação á democracia*, 164.

<sup>41</sup> Cf. FERREIRA, António Matos - *A Constitucionalização da Religião*. In *História Religiosa de Portugal*, Vol. 3, 37.

<sup>42</sup> FONTES, Paulo - *O Catolicismo português no século XX: da separação á democracia*, 136.

nomeadamente de tendência socialista e republicana, que a acusam de ser a responsável pelo atraso cultural e social da população portuguesa.

Com a implantação da República, em 1910, a Igreja, fortemente hostilizada, foi atingida por uma série de políticas que pretendiam laicizar a sociedade. Assim, os religiosos são expulsos do país, o ensino da doutrina é extinto nas escolas primárias, só cinco dos seminários nacionais são permitidos, sendo os restantes encerrados, é implementada uma nova lei da família, legalizando o divórcio, e os feriados religiosos desaparecem<sup>43</sup>.

O episcopado português, em Novembro de 1910, envia uma “Nota colectiva” ao novo governo, pedindo uma lei que fosse o garante da liberdade no exercício do culto e reconhecesse a personalidade jurídica da Igreja Católica. Logo depois, com data de 24 de Dezembro, publica a *Pastoral colectiva do episcopado português ao clero e fiéis de Portugal*, a primeira pastoral colectiva na história do episcopado português.

Nesta, os bispos portugueses, reafirmando a identidade católica, manifestam o seu respeito pelas novas instituições políticas, denunciando o carácter “anticatólico” da nova legislação governamental, reprovando as políticas que afectam a liberdade e autoridade da Igreja, e apelando à unidade dos católicos. O governo proíbe, em Março, a distribuição *Pastoral Collectiva*, promulgando, em Abril, a Lei da Separação do Estado da Igreja. Através desta priva a Igreja de personalidade jurídica e expropria-a da maior parte dos seus bens<sup>44</sup>.

Pio X reage a tal situação através da encíclica *Jamdudum in Lusitania*. Os bispos portugueses resistem à aplicação da lei, sendo proibidos pelo governo de residirem na sede

---

<sup>43</sup> Cf. MARQUES, A. H. de Oliveira - *A 1ª República Portuguesa (Alguns Aspectos Estruturais)*, 58-59.

<sup>44</sup> Cf. FONTES, Paulo - *O Catolicismo português no século XX: da separação á democracia*, 141.

da sua diocese e desterrados para fora do seu distrito, o que nem sempre correspondia ao limite da diocese.

O corte de relações diplomáticas com a Santa Sé, em 1913, conduz à mudança de estratégia dos bispos portugueses. Assim, através do “Apelo de Santarém”<sup>45</sup>, o episcopado, desejando restaurar a sociedade cristamente, apela ao povo católico para congregar esforços e reafirmar a dimensão social do catolicismo, dando impulso à União Católica<sup>46</sup>.

A partir de então, o catolicismo apresenta-se com grande vitalidade. Surgem, no movimento católico, novas associações e organizações que possibilitam uma maior mobilização e empenhamento dos católicos, com um novo posicionamento face à política e uma vivência prática do catolicismo. A par disto, a União Católica, que organizou internamente a Igreja, conduziu à criação, em 1917, do Centro Católico Português<sup>47</sup>.

O movimento católico recebeu, em 1917, grande impulso com as aparições de Fátima, que rapidamente se tornou num centro de irradiação do catolicismo português, obtendo grande importância na reafirmação da identidade católica do país e da autonomia do poder religioso e eclesiástico face ao civil.

O embate com a República levou a Igreja a progredir na sua forma de posicionamento face à política. Deste modo, no final da I República, o movimento católico foi relançado com nova orientação, pois a sua intervenção, que até então se direccionava para a política, desloca-se para o âmbito moral e social.

---

<sup>45</sup> Os bispos portugueses, através de um documento assinado em Santarém, apelaram aos católicos para que, usando o direito à liberdade como cidadãos, se unissem e defendessem a Igreja e a religião face aos ataques laicizadores da República (Cf. FONTES, Paulo - *O Catolicismo português no século XX: da separação à democracia*, 142).

<sup>46</sup> A União Católica era uma associação – prelúdio da Acção Católica – que pretendia “congregar as vontades e energias de todos os católicos portugueses em ordem à restauração cristã da sociedade” (LOURENÇO, Joaquim Maria - *Situação Jurídica da Igreja em Portugal: (Análise histórico-jurídica e crítica das relações da Igreja Católica com o Estado Português)*, 190).

<sup>47</sup> O Centro Católico Português era um partido político, criado com o objectivo de agir constitucionalmente em ordem a conquistar e fazer reconhecer as liberdades e os direitos da Igreja (SALAZAR, António de Oliveira – *Centro Católico Português*. Coimbra: Coimbra Editora, 1922, 38).

Assim, para promover uma orientação pastoral comum, o episcopado português reuniu-se em Lisboa, de 24 de Novembro a 03 de Dezembro de 1926, em Concílio Plenário<sup>48</sup>. Este, presidido por D. António Mendes Belo, cardeal-patriarca de Lisboa, juntou bispos das quatro províncias portuguesas de então (Braga, Lisboa, Évora e Goa). Para além de 21 bispos, encontrava-se entre os Padres Conciliares o vigário capitular de Angola e Congo, diocese ao tempo vacante. O Patriarca das Índias não esteve presente, tal como outros bispos do Padroado Português do Oriente. Dos bispos de Portugal Continental não estiveram presentes os bispos de Viseu e de Vila Real, que enviaram representantes.

O Concílio Plenário, reafirmando os deveres do católico, procurou reorganizar internamente a vida da Igreja, defendendo como prioridades da pastoral “a família, a educação da juventude e a organização e difusão da «boa imprensa»”<sup>49</sup>. Deste modo, surge um dinamismo renovador que se estende da catequese à liturgia, das congregações religiosas aos seminários, sem esquecer o apostolado<sup>50</sup>. Nesta reorganização teve um papel central a Acção Católica Portuguesa, criada em 1933. Esta pretendeu agregar e integrar todas as organizações de apostolado.

A Constituição de 1933 pouco tratou da questão religiosa. Porém, deu uma pequena abertura nas relações da Igreja com o Estado, sendo reconhecidos como limites da acção da Igreja a moral e o direito e concedidas liberdade de prática religiosa e ensino<sup>51</sup>. Esta não concedeu à Igreja personalidade jurídica, o que só aconteceu através da Concordata de 1940.

---

<sup>48</sup> O Concílio Plenário Português foi um concílio que reuniu os bispos dos territórios de jurisdição portuguesa, ou seja, das três províncias eclesiásticas do território continental e da província de Goa, sede metropolitana do padroado português do Oriente (Cf. LEITE, A – “Concílio Plenário Português”. In *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. 1. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, 418-419).

<sup>49</sup> FONTES, Paulo - *O Catolicismo português no século XX: da separação à democracia*, 174.

<sup>50</sup> Cf. FONTES, Paulo - *O Catolicismo português no século XX: da separação à democracia*, 169.

<sup>51</sup> Cf. ALDEA, Quintín, y CÁRDENAS, Eduardo - *Manual de Historia de la Iglesia, Tomo décimo, La Iglesia del siglo XX en España, Portugal y América Latina*. Barcelona: Editorial Herder, 1987, 386.

A Constituição garante à Igreja autonomia de acção e de culto e liberdade de organização. Porém e apesar da autonomia, o Estado Novo, fazendo uma simbiose político-religiosa, vai usar a religião católica para reformular a matriz cultural e civilizacional da nação portuguesa.

#### 4. CONCLUSÃO

Ao contactar com a biografia de Monsenhor Joaquim Alves Brás e percebendo a sua contextualização sociopolítica e eclesial, toma-se consciência da grandeza humana e espiritual de uma figura incontornável, que marcou a sua época e continua a marcar gerações, pelo seu carácter incansável, sempre vivo e interpelante.

Alguém que sempre se soube adaptar às diversas circunstâncias e relacionar com todo o tipo de pessoas, independentemente da sua condição social, sexo ou idade. De facto, Monsenhor Joaquim Alves Brás, ao longo da sua vida, sempre fora frágil fisicamente, contudo, apesar do seu corpo ser frágil, o seu Espírito era cada vez mais forte, fortalecendo quem se cruzava com ele.

“Eis a vida dum sacerdote humilde, que era coxo e fez andar tanta gente; que morrendo pelos outros, suscitou no coração de muitos uma seara abundante de esperança”<sup>52</sup>.

---

<sup>52</sup> CÉSAR, Augusto – *Conferência (18 de Abril de 1999)*. In *Celebrar uma Vida Projectar uma Obra: 1º Centenário do Nascimento de Mons. Joaquim Alves Brás*. Lisboa: Instituto Secular das Cooperadoras da Família, 2000, 323.

## CAPÍTULO II

---

### MONSENHOR BRÁS: VIDA SEGUNDO O ESPÍRITO

O ambiente político, social e eclesial dos inícios do século XX deixou marcas na vida de Monsenhor Joaquim Alves Brás. Assim, foi desenvolvendo uma espiritualidade marcadamente cristã, comprometendo-se com Deus e com os irmãos e entrando no tríplice dinamismo de relação característico da espiritualidade cristã: do homem consigo mesmo, do homem com Deus e do homem com os outros homens.

Monsenhor Joaquim Alves Brás pautou a sua vida espiritual por este dinamismo, sendo denominado por Franco Infante como “o Homem das três medidas”<sup>53</sup>. Deste modo a sua vida espiritual, marcada desde cedo pelo desejo de se consagrar ao Senhor através do sacerdócio, foi uma constante configuração e entrega a Jesus, colocando em prática o tríplice dinamismo da espiritualidade cristã.

Neste capítulo, pretende-se começar por traçar alguns aspectos da teologia do sacerdócio do século XX, salientados pela documentação pontifícia pré-conciliar, que marcaram a espiritualidade de Monsenhor Joaquim Alves Brás. Posteriormente, apresentam-se alguns traços da sua espiritualidade, com base no tríplice dinamismo da espiritualidade cristã.

---

<sup>53</sup> Cf. INFANTE, Franco - *O Homem das três medidas*. Castelo Branco: Tipografia Semedo, [1982], 6.

## 1. TEOLOGIA SACERDOTAL

A partir da segunda metade do século XIX, a doutrina sacerdotal foi ressurgindo, impulsionando a renovação teológica a respeito do sacerdócio e marcando a espiritualidade sacerdotal e a vivência pastoral. Para esta renovação tornaram-se importantes os estudos de teólogos, nomeadamente de Mathias J. Scheeben, e o testemunho de pastores, destacando-se o do Cardeal Mercier<sup>54</sup>.

Neste sentido, Scheeben apresenta o sacerdócio baseando-se na sua teologia sobre a Encarnação<sup>55</sup>. Nesta coloca em íntima relação o sacerdócio ministerial com a Igreja e com Maria. Pois, tal como Cristo encarnou no seio de Maria, imagem e tipo da Igreja, o sacerdote, em virtude do Espírito Santo e da ordenação presbiteral, é chamado a encarnar Cristo no seio da Igreja. Assim, cultivando a caridade pastoral como o amor maternal de Maria, o sacerdote faz com que a sua intimidade com Cristo se expanda em amor e serviço à Igreja.

Seguindo esta perspectiva e entrando no âmbito da espiritualidade e da vivência pastoral, o Cardeal Mercier, arcebispo de Malinas, procura consciencializar os sacerdotes diocesanos do seu chamamento à perfeição em virtude do sacerdócio, ou seja, na prática do seu ministério. Deste modo, sustenta que a perfeição do sacerdote não se prende com a profissão religiosa, mas é intrínseca ao sacerdócio, pois cada sacerdote, independentemente

---

<sup>54</sup> Cf. BIFET, Juan Esquerda - *Teología del Sacerdocio 19: Historia de la Espiritualidad Sacerdotal*. Burgos: Ediciones Aldecoa, 1985, 168-170.

<sup>55</sup> Cf. SCHEEBEN, Mathias Joseph - *Los Misterios del Cristianismo*. Barcelona: Herder, 1953, 608-ss.



de ser religioso ou diocesano, é chamado a imitar Cristo, configurando-se com o Bom Pastor<sup>56</sup>.

Esta posição do arcebispo de Malinas originou uma onda de discussões que conduziram à necessidade de clarificação pontifícia. Assim, ao longo do século XX, foram surgindo vários documentos pontifícios que tentaram clarificar a doutrina sobre o sacerdócio e a sua espiritualidade. Entre os diversos documentos, salientamos quatro: a Exortação Apostólica *Haerent Animo* (04 de Agosto de 1908) de Pio X, a Encíclica *Ad Catholici Sacerdotii* (20 de Dezembro de 1935) de Pio XI, a Exortação Apostólica *Menti Nostrae* (23 de Setembro de 1950) de Pio XII, e a Encíclica *Sacerdotii Nostri Primordia* (01 de Agosto de 1959) de João XXIII.

Na Exortação *Haerent Animo*, Pio X, baseando-se no seu testemunho de vida, começa por exortar os sacerdotes a viverem em santidade, salientando que a santidade do sacerdote é um incentivo para a santidade do povo de Deus. Neste sentido, apresenta a exigência da santidade sacerdotal, assim como a natureza e meios concretos para a promover e viver<sup>57</sup>. Como ministros de Cristo, os sacerdotes são chamados a serem “alter Christus”, ou seja, a configurarem-se com Cristo.

Pio XI, na Encíclica *Ad Catholici Sacerdotii*, seguindo os ensinamentos do seu predecessor, liga a santidade do sacerdote com a sua dignidade, salientando que o sacerdote deve cuidar da santificação do povo de Deus, mas primeiramente tem que trabalhar na sua santificação. Assim, desenvolve-se a natureza e os ministérios do sacerdote, mas também as exigências e características da santidade sacerdotal, apresentando várias atitudes que o sacerdote deve assumir, à imitação de Cristo, para a sua

---

<sup>56</sup> Cf. STEENBERGHEN, Fernand van - *Le sacerdoce selon le cardinal Mercier*. In *Sacerdoce et célibat* 21 (1971), 140-144.

<sup>57</sup> Cf. PIUS PP. X - *Exhortatio Haerent Animo*, 9: ASS 41 (1908) 563.

santificação, nomeadamente a oração, o zelo apostólico, o celibato e a pobreza<sup>58</sup>. Esta Encíclica surge aliada a um testemunho de vida, o de São João Maria Vianney, Cura d’Ars, servindo de síntese doutrinal da sua canonização e declaração como patrono dos párocos<sup>59</sup>.

No pontificado de Pio XII surgiram vários documentos sobre a santidade sacerdotal, destacando-se a Exortação Apostólica *Menti Nostrae*. Nesta afirma-se que o sacerdote “deve, de facto, emprestar a sua cooperação a Cristo, único e eterno Sacerdote”<sup>60</sup>. Neste sentido, salienta-se a íntima união entre o sacerdote e Cristo que deve promover a humildade, o desapego dos bens terrenos, a castidade e, principalmente, a oração e a vigilância. Esta união manifesta-se de modo especial na celebração dos sacramentos, nomeadamente no sacrifício eucarístico. Como *dispensadores* dos mistérios de Deus, os sacerdotes devem seguir os exemplos do Mestre e viver em benigna caridade, tendo apenas como interesse a configuração com o Divino Mestre. Deste modo, Pio XII apresenta como exemplo de vida de santidade o esclarecido e virtuoso sacerdote de Turim, José Cafasso.

João XXIII, através da Encíclica *Sacerdotii Nostri Primordia*, salienta alguns aspectos importantes para a santidade da vida sacerdotal, invocando os documentos anteriores e relembrando alguns traços da santidade do Cura d’Ars. Assim, começa por relacionar os conselhos evangélicos com a santidade sacerdotal, defendendo que a prática dos conselhos evangélicos é um meio para atingir a santidade. Deste modo, afirma que o padre tem que ser um homem de oração, obedecendo ao mandato do Senhor, como diz o Apóstolo: “Orai sem cessar!” (1Tes 5, 17). Entre as diversas formas de oração ganha grande importância a oração eucarística, pois a eucaristia é a fonte primeira de santificação do sacerdote, sendo que ele não só deve celebrar a eucaristia, mas também viver

---

<sup>58</sup> Cf. PIUS PP. XI - *Litterae Encyclicae Ad Catholici Sacerdotii*, 31-37: AAS 28 (1936) 23-25.

<sup>59</sup> Cf. BIFET, Juan Esquerda - *Teología del Sacerdocio 19, Historia de la Espiritualidad Sacerdotal*, 177.

<sup>60</sup> PIUS PP. XII – *Exhortatio Apostolica Menti Nostrae*, 12: AAS 42 (1950) 661.

profundamente o que celebra, de modo que participe no sacrifício expiatório de Cristo. Após desenvolver os dois aspectos, ascese e oração, João XXIII centra-se no zelo pastoral, que se apresenta intimamente unido aos dois primeiros, uma vez que a força para o apostolado deriva da oração e da ascese, ou seja, da intimidade com Cristo<sup>61</sup>.

Através dos diversos pontificados, a posição do magistério foi clarificando que a santidade não é algo de secundário ao sacerdócio, mas que lhe está inerente, sendo próprio da dignidade sacerdotal. Assim, em toda a sua vida, o sacerdote deve esforçar-se, através da ascese pessoal, da oração e do zelo pastoral, por encarnar Cristo na sua vida do quotidiano.

## **2. TRAÇOS ESPIRITUAIS DE MONSENHOR BRÁS**

Monsenhor Joaquim Alves Brás assumiu a teologia do sacerdócio vigente e, tendo consciência de que o sacerdote é outro Cristo, fez com que o sacerdócio pautasse e fecundasse “a sua vida, numa doação total a Deus e ao próximo”<sup>62</sup>, esforçando-se sempre por ser santo<sup>63</sup>. Assim, encontra-se patente na sua vida espiritual o tríplice dinamismo da espiritualidade cristã, desenvolvido pelo magistério pontifício, nomeadamente por João XXIII, como a ascese pessoal, a oração e o zelo pastoral.

---

<sup>61</sup> Cf. IOANNES PP. XXIII – *Litterae Encyclicae Sacerdotii Nostri Primordia*, 10-11: AAS 51 (1959) 554-556.

<sup>62</sup> CARDOSO, Arnaldo Pinto - *Figuras do Ano Sacerdotal: MONS. ALVES BRÁS*. In *Flores sobre a Terra* 61 (Janeiro/Março de 2010), 1.

<sup>63</sup> Cf. CARDOSO, Arnaldo Pinto - *Itinerário de Santidade do Venerável Servo de Deus Joaquim Alves Brás*. In *Flores sobre a Terra* 54 (Abril/Junho de 2008), 2.

“O caminho espiritual do Pe Joaquim foi caracterizado por uma vigorosa procura da perfeição, que cultivou desde criança: generoso em responder à graça, identificou-se com Jesus Sacerdote e Vítima, sobretudo no espírito de oração, na celebração eucarística, na vida de oblação; uma fé espontânea e sincera motivou uma ardente caridade para com todos, de modo particular para com as classes sociais mais necessitadas da sua delicada atenção. O estilo de vida humilde, austero e coerente tornaram-no testemunha credível do que anunciava. Perante as múltiplas provações, que teve de enfrentar, o Servo de Deus mostrou-se forte e sereno, cheio de disponibilidade e de esperança, livre de qualquer forma de vingança ou de agressividade”<sup>64</sup>.

## **2.1. Relação do Homem consigo mesmo**

“O cristianismo autêntico não destroça a personalidade do homem (...) antes a fortifica e aperfeiçoa, esculpindo assim o homem completo e fazendo dele a estátua viva da cidade terrestre e do Reino de Deus”<sup>65</sup>. Deste modo, o homem, para ser verdadeiro cristão, tem que ter consciência de quem é, das suas virtudes e defeitos, do caminho que tem que percorrer para se tornar humano e, deste modo, santo.

Monsenhor Joaquim Alves Brás, desde tenra idade, foi descobrindo quem era, construindo um ideal, cultivando diversas virtudes e sentimentos e combatendo os seus defeitos. Através da sua família, autêntica escola de formação humana e cristã, foi adquirindo “os valores do trabalho, o espírito de sacrifício, a solidariedade com os mais pobres, a lealdade e o amor à verdade, a experiência de fé quotidianamente alimentada pela

---

<sup>64</sup> CONGREGATIO DE CAUSI SANCTORUM - *Decretum Super Virtutibus: Beatificationis et Canonizationis Servi Dei Ioachini Alves Brás Presbyteri dioecesei conditoris Instituti Saecularis Cooperatricum Familiae (1899 – 1966)*. AAS. 101 (2009) 411.

<sup>65</sup> INFANTE, Franco - *O Homem das três medidas*, 15.

oração”<sup>66</sup>. Assim, foi progredindo no caminho do aperfeiçoamento, estreito e íngreme, uma escalada de esforços e trabalhos árduos<sup>67</sup>. Este caminho, pelo qual enveredou desde cedo, fez dele um homem unificado, que se dava inteiramente em cada situação da vida, apreendendo o valor e o significado profundo das coisas e dos acontecimentos<sup>68</sup>.

### **2.1.1. Virtude, sentimentos e defeitos**

Desde tenra idade, Monsenhor Joaquim Alves Brás foi cultivando, com a ajuda da sua família, a consciência de que a santidade está ao alcance de todos. Assim, esclarece ele:

“muitos, porém, podem julgar que a santidade consiste em fazer milagres, prodígios ou penitências que estão muito além das suas forças e esta persuasão pode levá-los a nada fazer. A santidade é possível e está ao alcance de todos, pois, consiste, primariamente no amor de Deus, e secundariamente no amor do próximo”<sup>69</sup>.

Tendo consciência disso, empenhou-se na promoção e no fortalecimento de um conjunto de virtudes que marcaram toda a sua vida, aprendendo o sentido da justiça, da verdade e da honradez e desenvolvendo fortemente o respeito e a atenção pelos outros, nomeadamente pelos mais necessitados. Assim, a atenção para com a realidade que o rodeava, fez dele um homem sensível e compassivo, tendo o coração aberto e uma grande

---

<sup>66</sup> CONGREGATIO DE CAUSI SANCTORUM – *Decretum Super Virtutibus*. AAS. 101 (2009) 411.

<sup>67</sup> Cf. INFANTE, Franco - *O Homem das três medidas*, 12.

<sup>68</sup> Cf. CARDOSO, Arnaldo Pinto - *ANO SACERDOTAL: Maravilha e Testemunho*. In *Flores sobre a Terra* 63 (Julho/Setembro de 2010), 1.

<sup>69</sup> BRÁS, Joaquim Alves - *Da Santidade*. In *Arquivo Mons. Brás, Dossier 3, 3/Sant (S)* 45.

solicitude para com todos os que o procuravam, independentemente da sua condição social, sexo ou idade<sup>70</sup>.

Sendo introduzido, desde criança, ao espírito da fraternidade, partilha e solidariedade, Monsenhor Alves Brás viveu numa contínua dádiva de vida, desprendido de tudo o que poderia ser visto como segurança deste mundo e contrariasse a vontade de Deus, nomeadamente dos bens materiais. Assim, defendia que a pobreza deveria ser pregada com a vida<sup>71</sup> e acrescentava que “o pobre de espírito é livre... é mais homem... goza de mais liberdade”<sup>72</sup>. Neste sentido, marcou a sua vida pelo espírito franciscano e pela pobreza evangélica que, sendo total confiança no Senhor, o fortalecia na castidade, concebida como desprendimento do coração para o poder dar todo a Deus<sup>73</sup>.

Marcado por um “temperamento lutador valorizado pela humildade, fé e caridade”<sup>74</sup> e um carácter franco e vigoroso, Monsenhor Alves Brás reflectia e ponderava no que tinha de fazer, para assumir prudentemente os seus compromissos, sendo um homem fiel à palavra dada, pois como dizia: “as vontades fortes são constantes, depois de tomarem uma resolução praticam-na sem faltarem ao cumprimento do seu propósito”<sup>75</sup>.

Mantendo-se firme e corajoso, não recuava face às adversidades e contratempos<sup>76</sup>, pois, possuía uma vontade férrea e uma paciência sem limites<sup>77</sup>, sendo simples e dinâmico.

---

<sup>70</sup> Cf. MARCELINO, António - *Desafios do Ano Centenário de Mons. Alves Brás*. In *Celebrar uma Vida Projectar uma Obra, 1º Centenário do Nascimento de Mons. Joaquim Alves Brás*, 79.

<sup>71</sup> Cf. BRÁS, Joaquim Alves - *Notas pessoais - Retiro Anual - 9 a 14-VIII-1964*. In Arquivo Mons. Brás, *Dossier 2*, 2/Ra 18.

<sup>72</sup> BRÁS, Joaquim Alves - *Notas pessoais - Retiro Anual - 9 a 14-VIII-1964*. In Arquivo Mons. Brás, *Dossier 2*, 2/Ra 18.

<sup>73</sup> Cf. BRÁS, Joaquim Alves - *Apontamentos - Fundão, Seminário, 3 de Maio de 1919*. In Arquivo Mons. Brás, *Dossier 2*, 2/Ra12.

<sup>74</sup> Cf. ROCHA, Manuel dos Santos - *Carta Postulatória – Beja, 18/01/1982*. In Arquivo Mons. Brás, *Dossier 32*, 32/CP, 5,1.

<sup>75</sup> BRÁS, Joaquim Alves - *Apontamentos – Fortaleza*. In *Novena ao Venerável Servo de Deus Mons. Joaquim Alves Brás*. Lisboa: Instituto Secular das Cooperadoras da Família, 2004, 47.

<sup>76</sup> Cf. INFANTE, Franco - *O Homem das três medidas*, 13.

<sup>77</sup> Cf. ALVES, Agostinho de Almeida - *Depoimento – Lamego, 25/01/1981*. In Arquivo Mons. Brás, *Dossier 33*, 33/D 8.

Apesar de ser um acérrimo lutador contra o pecado, Monsenhor Alves Brás não apontava o dedo, pelo contrário, expressava uma grande docilidade para com todos e ajudava a reconhecer e ultrapassar o mal realizado, infundindo o espírito de rectidão à sua volta<sup>78</sup>.

Deste modo, Monsenhor Alves Brás viveu intensamente as virtudes teológicas: “Fé intrépida e comunicativa; Esperança inabalável e Caridade sem limites, traduzida da doação total aos outros, esquecendo-se de si mesmo”<sup>79</sup>. A estas juntou a prática das virtudes cardeais da justiça, prudência, temperança e fortaleza, mostrando-se “forte e sereno, cheio de disponibilidade e de esperança, livre de qualquer forma de vingança ou de agressividade”<sup>80</sup>.

Nem tudo era virtude. Monsenhor Alves Brás tinha consciência de que possuía defeitos e faltas, mas, reconhecendo-os, “humilhava-se (...) e esforçava-se por dominá-los”<sup>81</sup>. Este era acusado de ser teimoso, impulsivo, duro e demasiado exigente. Porém, no que respeita à exigência, ele, antes de ser exigente com os outros, era exigente consigo mesmo.

### **2.1.2. Espírito de Sacrifício**

O berço materno incutiu em Monsenhor Alves Brás a capacidade de viver na privação e na abundância (cf. Fil 4, 12), cultivando nele o espírito de solidariedade e sacrifício. Assim, desde cedo, o sacrifício, como renúncia por amor a Deus e aos irmãos,

---

<sup>78</sup> Cf. NASCIMENTO, Bernardes Ferreira do - *Depoimento – Guarda*, 24/6/1983. In Arquivo Mons. Brás, *Dossier 33*, 33/D 15.

<sup>79</sup> CRUZ, Manuel da - *Depoimento – Abrantes*, 01/03/1982. In Arquivo Mons. Brás, *Dossier 33*, 33/D 32.

<sup>80</sup> CONGREGATIO DE CAUSI SANCTORUM – *Decretum Super Virtutibus*. AAS. 101 (2009) 411.

<sup>81</sup> INFANTE, Franco - *O Homem das três medidas*, 15.

fez parte da espiritualidade da família Pacheco. Neste sentido, Monsenhor Alves Brás considerava a obediência como o maior sacrifício, na medida em que através dela sacrificava-se a vontade<sup>82</sup>.

A doença, experimentada a partir dos onze anos de idade, tornou Monsenhor Alves Brás sensível face ao sofrimento e abriu-lhe o espírito e o coração para o mundo dos que sofrem, marcando-o física e espiritualmente para toda a vida<sup>83</sup>. Assim, considerado inútil por um médico, aceitou o sofrimento e tornou-o um caminho de crescimento e de virtude. Fez do sofrimento um sacrifício de expiação pelos pecados, dizendo: “Se eu desejo limpar as almas do pecado, se desejo dar-lhes o brilho da virtude e conferir-lhes o resplendor da santidade, tenho que me fazer farrapo, pela humildade e pelo sacrifício”<sup>84</sup>.

Neste sentido, Monsenhor Alves Brás entendeu os fortes momentos de sofrimento como períodos de quaresma, da qual desponta nova vitalidade. Assim, ao longo da sua vida, encontram-se quatro quaresmas, momentos fundamentais para a sua vida espiritual e pastoral. A primeira deu-se quando tinha apenas onze anos e desta nasceu a sua vocação sacerdotal. A segunda, em 1930, retirou-o da paroquialidade de Donas e conduziu-o ao Seminário Maior e às visitas à maternidade do hospital da Guarda, antecedendo a fundação da Obra de Previdência e Formação das Criadas. A terceira ocorreu em 1948, preparando a fundação do Instituto, ou melhor, a passagem de Obra Pia das Cooperadoras da Família para Instituto Secular. A quarta, e última, em 1966, foi a definitiva que o conduziu ao encontro do Senhor, antecedendo a saída do Instituto para o estrangeiro. Como se pode ver,

---

<sup>82</sup> Cf. BRÁS, Joaquim Alves - *Da Obediência*. In Arquivo Mons. Brás, *Dossier 6*, 6/Ob 30, 2.

<sup>83</sup> Cf. MARCELINO, António - *Discurso nas comemorações das bodas de ouro da Obra de Santa Zita, Aveiro, 14/2/1982*. In Arquivo Geral da Obra de Santa Zita, *Dossier 38*, 38/B0.0.

<sup>84</sup> MADEIRA, Henrique Castelo - *Discurso nas comemorações das bodas de ouro da Obra de Santa Zita, Fundão, 19/3 1982*. In Arquivo Geral da Obra de Santa Zita, *Dossier 38*, 38/B0.0.



“a vida de Mons. Brás não gira apenas à volta da celebração do Mistério Pascal, mas ela mesma se encontra a caminho do calvário e no caminho da ressurreição”<sup>85</sup>.

Para além do sofrimento físico, Monsenhor Alves Brás foi inúmeras vezes sujeito a incompreensões, nomeadamente de alguns patrões e até de elementos do clero<sup>86</sup>, e injustiças, calando-se, sofrendo unido ao Senhor<sup>87</sup> e não guardando qualquer forma de vingança ou de agressividade. Neste sentido, não receando enfrentar as adversidades, com paciência e muita fé, aceitou o sofrimento e converteu-o em força para o apostolado, tendo consciência “que não há apostolado fecundo sem sofrimento; e, por isso, não pode haver apóstolo sem cruz”<sup>88</sup>. Assim,

“O caminho de fé do Servo de Deus não foi imune de dificuldades. Muitas vezes, teve de se confrontar com o sofrimento, com a injustiça e com as forças do mal. As dificuldades fizeram parte integrante da sua vida: deficiência física, precaridade económica, oposição dos familiares, contrariedades por parte de colegas e até de bispos. Nem sequer foi poupado à calúnia, à desconfiança e à agressão verbal”<sup>89</sup>.

Monsenhor Alves Brás viveu o seu sacerdócio numa forte ligação com o martírio, desejando o martírio de sangue como o maior testemunho de amor a Jesus Cristo. Porém como se achava indigno de tal honra, sustentava que o grande martírio era não conseguir amar Jesus, esforçando-se, em todos os momentos, por se identificar com Cristo e entregar-Se-lhe totalmente<sup>90</sup>.

---

<sup>85</sup> CARDOSO, Arnaldo Pinto - *Apresentação do Livro «O PADRE ALVES BRÁS: O IMPORTANTE É A FAMÍLIA»*. In *Celebrar uma vida Projectar uma obra, 1º Centenário do Nascimento de Mons. Joaquim Alves Brás*, 40.

<sup>86</sup> Cf. ROSA, João Marques - *Depoimento – Portalegre 2/2/1983*. In Arquivo Mons. Brás, *Dossier 33*, 33/D 20,2.

<sup>87</sup> Cf. PACHECO, Aníbal Dias - *Depoimento - Coimbra 19/1/1983*. In Arquivo Mons. Brás, *Dossier 33*, 33/D 10.

<sup>88</sup> BRÁS, Joaquim Alves - *Retiro de 1945 Seminário de Évora*. In Arquivo Mons. Brás, *Dossier 2*, 2/Ra 15.

<sup>89</sup> CASTANHEIRA, Maria de Fátima - *Monsenhor Alves Brás, Fé viva, manifesta em obras*. In *Flores sobre a Terra* 72 (Outubro/Dezembro de 2009), 1-2.

<sup>90</sup> Cf. BRÁS, Joaquim Alves - *Notas Pessoais (9-8-1963)*. In Arquivo Mons. Brás, *Dossier 16*, 16/NP 34.

O sofrimento e o espírito de sacrifício fizeram de Monsenhor Alves Brás um incansável apóstolo que, na sua debilidade, confiou no Senhor e “deixou transparecer a fortaleza de Deus e o poder divino”<sup>91</sup>.

## **2.2. Relação do Homem com Deus**

Ao contrário de várias espiritualidades que apresentam a divindade distante e ausente, a espiritualidade cristã é marcada pela proximidade de Deus que, tomando a iniciativa, veio ao encontro do homem e com ele se colocou a caminho. Assim o Deus cristão é um Deus connosco que se relaciona com o homem e o convida constantemente à relação.

Monsenhor Alves Brás, na medida em que se foi conhecendo a si, foi entrando neste dinamismo de relação com Deus, tendo Cristo como Modelo e esforçando-se por fazer “coincidir a sua vida de homem e de padre no mistério de Cristo”<sup>92</sup>. Neste sentido, dizia:

“A minha vida de Padre há-de ser dominada pela caridade impregnada de religião e fundada sobre a abnegação... Para perseverar até ao fim, hei-de, qual mendigo, ir bater todos os dias à porta de Deus, pedindo a graça de ser um louco de amor divino”<sup>93</sup>.

---

<sup>91</sup> MADUREIRA, Manuel Dias - *Homilia (31 de Janeiro de 1999)*. In *Celebrar uma vida Projectar uma obra, 1º Centenário do Nascimento de Mons. Joaquim Alves Brás*, 295.

<sup>92</sup> SOUSA, Dulce Teixeira - *O Padre Alves Brás Alter Christus*. In *Flores sobre a Terra* 59 (Julho/Setembro de 2009), 2.

<sup>93</sup> SOUSA, Dulce Teixeira - *O Padre Alves Brás Alter Christus*, 2.

Esta íntima relação com Deus conduziu Monsenhor Alves Brás a identificar-se cada vez mais profundamente com Cristo, a amar a Igreja e a entregar-se sem reservas aos irmãos, cultivando “o amor à oração; o exercício da presença de Deus; a devoção ao Santíssimo Sacramento e a Nossa Senhora; a preocupação de viver em estado de graça e sempre evitar o pecado”<sup>94</sup>.

### **2.2.1. União com Cristo**

O caminho de intimidade e configuração com Jesus Sacerdote e Vítima não é um caminho assumido automaticamente, mas um caminho feito com paciência e dedicação, que exige uma entrega constante e um negar-se a si mesmo. Monsenhor Alves Brás percorreu-o, indo quotidianamente ao encontro de Jesus, como o discípulo que se senta aos pés do Mestre para escutar a sua voz.

Ainda menino, Monsenhor Alves Brás deslocava-se frequentemente à igreja para visitar o Deus Escondido, ficando horas diante do Santíssimo Sacramento. Estas visitas foram fundamentais para a descoberta da sua vocação. A sua devoção ao Santíssimo Sacramento fortificou-se ao longo da juventude pois, na maior parte dos dias, ao regressar dos campos dirigia-se à igreja para rezar a Jesus. Assim, nasceu uma íntima amizade com Cristo, que foi conduzindo Monsenhor Alves Brás à loucura do amor, na medida em que

---

<sup>94</sup> CASTANHEIRA, Maria de Fátima - *Alguns traços da vida do Venerável Joaquim Alves Brás*. In *Flores sobre a Terra* 68 (Outubro/Dezembro de 2011), 1.

tratou Jesus como amigo, confidenciando-Lhe tudo, tendo prazer em estar com Ele, dando-Lhe a vida e o fruto do seu trabalho e cortando com tudo o que O desgosta<sup>95</sup>.

Esta intimidade com Jesus Sacramentado cresceu e tornou-se constante ao longo da sua vida sacerdotal. Muitas vezes, no silêncio nocturno, enquanto todos dormiam, passava horas junto do sacrário a fim de “pedir luz, retemperar energias, suplicar graças, esclarecer dúvidas, vencer dificuldades, resolver problemas, traçar rumos, gizar planos de acção, desabafar mágoas, confessar fracassos e contar alegrias e consolações”<sup>96</sup>.

Para Monsenhor Alves Brás, no seguimento da teologia do sacerdócio vigente, “ser sacerdote” significava actuar “na pessoa de Cristo”<sup>97</sup>. Este devia copiar as virtudes de Jesus, sendo como que um compêndio da Sua vida<sup>98</sup>. Neste sentido defendia que o “verdadeiro sacerdote, amante da sua vocação, é o que sempre e em tudo imita a Cristo”<sup>99</sup>, deixando de se pertencer a si para ser de Jesus.

Assim, Monsenhor Alves Brás procurou ser “alter Christus”, mostrando como a sua identidade sacerdotal está dependente da identificação com Cristo. Deste modo afirmava:

“Jesus é a vida da nossa vida activa. Se não vivermos em intimidade com Ele, de forma a que Ele esteja a cada momento a fornecer a seiva e a vitalidade à nossa acção, ao nosso apostolado, [à nossa missão] não viveremos a vida sobrenatural, nem teremos vida de apóstolos”<sup>100</sup>.

A intimidade com Cristo levou Monsenhor Alves Brás “a viver plenamente a sua vocação sacerdotal”<sup>101</sup>, inserindo-o no dinamismo trinitário de amor entre o Pai, o Filho e ao Espírito Santo. Desta íntima relação brotava a fortaleza necessária para a acção pastoral

---

<sup>95</sup> Cf. SOUSA Dulce Teixeira - *O Padre Alves Brás Alter Christus*, 1.

<sup>96</sup> INFANTE, Franco - *Monsenhor Alves Brás*, Lisboa: Editorial Instituto das Cooperadoras da Família, 1976, 82.

<sup>97</sup> Cf. CARDOSO, Arnaldo Pinto - *Sacerdote e Vitima*. In *Flores sobre a Terra* 38 (Julho/Setembro de 2004), 2.

<sup>98</sup> Cf. BRÁS, Joaquim Alves - *Retiro Espiritual, 9 de Fevereiro de 1921*. In Arquivo Mons. Brás, *Dossier* 2, 2/Ra 6.

<sup>99</sup> BRÁS, Joaquim Alves - *Grandeza da Vocação Sacerdotal*. In Arquivo Mons. Brás, *Dossier* 3, 3/GVS (s) 35.

<sup>100</sup> CASTANHEIRA, Maria de Fátima - *Ser Cristão é ser Missionário*, 2.

<sup>101</sup> CARDOSO, Arnaldo Pinto - *ANO SACERDOTAL: Maravilha e Testemunho*, 1.

e para a entrega desmedida aos irmãos, pois tinha consciência de que a fecundidade da missão estava dependente do seguimento de Cristo<sup>102</sup>.

### **2.2.2. Oração e Piedade**

Monsenhor Alves Brás pautou a sua vida por uma fecunda e intensa intimidade com Cristo. Esta, desde o seio familiar, foi sustentada pela vida interior, ou seja, pela vida de oração e piedade, baseada na Sagrada Escritura e na Liturgia<sup>103</sup>.

Neste sentido, Monsenhor Alves Brás definia a oração como “um poder soberano a que Deus não resiste, que se eleva para Ele e que O faz descer até nós e que assim põe em nossas mãos, todas as riquezas do céu”<sup>104</sup>, ou seja,

“A oração é o contacto da alma, e do coração com Deus, Nosso Senhor e nosso Pai. Se deixo a oração, perco aquele contacto, arranco-me aos abraços do meu Pai... Se assim considero a oração, como ela se tornará uma necessidade d’alma, amorosa e querida... Não a abreviarei, antes desejaria, não a terminar para não me separar do meu Pai”<sup>105</sup>.

Entre as diversas formas de oração e piedade, Monsenhor Alves Brás, nas vésperas da sua ordenação, salienta a necessidade de ser fiel à meditação, à visita ao Santíssimo, à leitura espiritual, ao terço, ao exame de consciência, à confissão frequente, ao retiro mensal e à recitação do Ofício Divino<sup>106</sup>.

Como coroação deste conjunto de formas de oração, Monsenhor Alves Brás consagrou grande parte do teu tempo ao ministério da palavra, ao serviço do altar e à reconciliação. Assim, dedicou-se com grande vigor ao estudo e leitura dos Livros

---

<sup>102</sup> Cf. CASTANHEIRA, Maria de Fátima - *Ser Cristão é ser Missionário*, 2.

<sup>103</sup> Cf. CASTANHEIRA, Maria de Fátima - *Ser Cristão é ser Missionário*, (...), 2.

<sup>104</sup> BRÁS, Joaquim Alves - *Apostolado, Maneira de o fazer*. In Arquivo Mons. Brás, *Dossier 7*, 7/Apost 8.

<sup>105</sup> BRÁS, Joaquim Alves - *Retiro de 1940*. In Arquivo Mons. Brás, *Dossier 2*, 2/Ra 12.

<sup>106</sup> Cf. BRÁS, Joaquim Alves - *Retiro de 1925*. In Arquivo Mons. Brás, *Dossier 2*, 2/Ra 9r.

Sagrados, confrontando “a sua vida com a Palavra e a vida de Jesus”<sup>107</sup>. A meditação dos mistérios de Jesus conduziu-o a uma maior obediência aos Evangelhos, esforçando-se por falar e viver a Palavra. Para além de meditar o Evangelho nos Livros Sagrados, Monsenhor Alves Brás contemplava-O no crucifixo, purificando a sua experiência de sofrimento no amor à cruz<sup>108</sup>.

A celebração da eucaristia torna presente sacramentalmente Cristo. Monsenhor Alves Brás fez da eucaristia a fonte e o centro da sua vida e do seu dia, o grande encontro, onde alimenta e fortalece a sua intimidade com Cristo. Celebrava com grande piedade, transmitindo aos fiéis uma forte mensagem de interioridade, pois não desligava a sua vida da eucaristia<sup>109</sup>. Para tal, empenhou-se em preparar, celebrar bem e viver a eucaristia, oferecendo-se ao Pai pelos homens, imolando-se e sacrificando-se com Cristo<sup>110</sup>.

Com frequência, Monsenhor Alves Brás ia ao encontro de Jesus Eucarístico para, num diálogo de amor, enraizar e cimentar as actividades pastorais<sup>111</sup>. Assim, muitas vezes, era encontrado “diante do Sacrário, pela calada da noite, pedindo ao Senhor a salvação dos pecadores, em troca dos trabalhos do dia”<sup>112</sup>.

Animado pela palavra e pela eucaristia, Monsenhor Alves Brás dedicava-se, durante longas horas, ao sacramento da reconciliação, estando sempre pronto a administrá-lo. Acolhia docilmente e com grande paciência os que a ele recorriam em busca de conforto e orientações. Porém, não era somente ministro do sacramento. Com grande frequência apresentava-se como penitente à procura da reconciliação. Deste modo e consciente da importância do sacramento, dizia:

---

<sup>107</sup> SOUSA, Dulce Teixeira - *O Padre Alves Brás Alter Christus*, 2.

<sup>108</sup> Cf. INFANTE, Franco - *O Homem das três medidas*, 15.

<sup>109</sup> Cf. INFANTE, Franco - *O Homem das três medidas*, 27.

<sup>110</sup> BRÁS, Joaquim Alves - *Apontamentos do Retiro 22 a 26 - VIII – 1955*. In Arquivo Mons. Brás, *Dossier*2, 2/Ra 17.

<sup>111</sup> Cf. CASTANHEIRA, Maria de Fátima - *O Senhor Ressuscitado Vive no meio de nós*. In *Flores sobre a Terra* 58 (Abril/Junho de 2009), 1-2.

<sup>112</sup> INFANTE, Franco - *O Homem das três medidas*, 25.

“a confissão é um sacramento que nos purifica e fortalece. Devo ter o maior cuidado com a preparação, com a sinceridade na acusação, com a dor e propósito e com a acção de graças. Porque é a aplicação dos méritos do Sangue de Nosso Senhor á minha alma, tenho de receber este Sacramento com frequência e com amor. Hei-de ser pronto em administrá-lo. Para bem administrar este sacramento, preciso de santidade, e ciência, ser prudente e discreto, e cheio de paciência, mansidão, caridade e espírito de sacrifício”<sup>113</sup>.

Esta atitude fez de Monsenhor Alves Brás um ministro misericordioso, prudente e discreto, que recebe o penitente com bondade de pai, sem acusar nem condenar. Assim, esforçou-se por adquirir a virtude do amor de Deus, fazendo da “sua vida uma reparação pelos próprios pecados e pelos do próximo”<sup>114</sup>. A melhor reparação, constantemente posta em prática pelo Monsenhor, era a imolação da vida pelo cumprimento dos pequenos deveres de cada dia.

Com a consciência de que a oração é a íntima relação com Deus, Monsenhor Alves Brás esforçou-se por fazer de todas as suas acções, palavras e atitudes, ou seja, da totalidade da sua vida uma oração. Pois não conseguia conceber a possibilidade de desligar a oração da vida e vice-versa, vivendo a dimensão contemplativa/activa da existência<sup>115</sup>. Neste sentido, dizia:

“Não me contentarei, com a oração que faço na capela, devo fazer dos meus estudos, das minhas aulas e recreios, de minhas actividades, uma oração contínua. Devo fazer todas as minhas acções em íntima união com Jesus: quero ir ao sacrário muitas vezes ao longo do dia, em pensamento, e fazer a comunhão espiritual; numa palavra, fazer tudo na presença de Deus”<sup>116</sup>.

---

<sup>113</sup> BRÁS, Joaquim Alves - *Apontamentos do Retiro Anual – Fundão, 22 - 26/7/1940*. In Arquivo Mons. Brás, *Dossier 2*, 2/Ra 12.

<sup>114</sup> BRÁS, Joaquim Alves - *Apontamentos – Reparação*. In Arquivo Mons. Brás, *Dossier 3*, 3/Rep (PS) 24.

<sup>115</sup> Cf. CARDOSO, Arnaldo Pinto - *ANO SACERDOTAL: Maravilha e Testemunho*, 1.

<sup>116</sup> SOUSA, Dulce Teixeira - *O Padre Alves Brás Alter Christus*, 2.

### 2.2.3. Aos pés de Maria

A família Pacheco confiava-se a Maria, rezando, todas as noites, o terço em comum. Desde criança, aprendera a rezar a Nossa Senhora. “A caminho das propriedades onde ia trabalhar, rezava o terço com as mulheres e as raparigas assalariadas”<sup>117</sup>, seguindo o exemplo da mãe.

Assim, a oração do terço sempre acompanhou Monsenhor Alves Brás, pois considerava-a

“a mais bela oração, porque é composta das mais sublimes orações da Igreja Católica. O Padre Nosso que saiu do coração da Sabedoria incriada... A Avé Maria feita pelo Espírito Santo que inspirou as palavras do Arcanjo Gabriel, como as de Santa Isabel, como ainda as do Concílio de Éfeso que fez a “Santa Maria”... A doxologia da Glória-Patri que é um hino cantado às Três Pessoas da SS. Trindade... Enquanto os maus gritam: guerra ao Pai, dizemos nós – Glória”<sup>118</sup>.

Monsenhor Alves Brás concebia a devoção a Nossa Senhora como um caminho seguro para se chegar à perfeição, uma vez que através dela entra-se numa relação de simpatia e agrado com as Três Pessoas Divina, pois venera-se a predilecta “Filha do Pai Eterno, Mãe do Filho e Esposa do Espírito Santo”<sup>119</sup>.

As aparições de Nossa Senhora em Fátima foram um fortalecimento à devoção mariana de Monsenhor Alves Brás, pois a mensagem de conversão e reparação transmitida por Maria ressoou na vida do jovem Joaquim.

---

<sup>117</sup> INFANTE, Franco - *Monsenhor Alves Brás*, 85.

<sup>118</sup> BRÁS, Joaquim Alves - *Apontamentos doutriniais sobre o Terço*. In Arquivo Mons. Brás, *Dossier 16*, 16/T1.

<sup>119</sup> BRÁS, Joaquim Alves - *Retiro às Servas de Jesus*. In Arquivo Mons. Brás, *Dossier 4*, 4/RSJ 1.



#### **2.2.4. Sacralidade do tempo**

Monsenhor Alves Brás vivia intensamente o seu tempo, pois concebia-o como “o preço do sangue de Jesus (...) a moeda com que se compra o Céu”<sup>120</sup>. Assim, esforçava-se por usufruir de todos os segundos, não suportando qualquer atraso.

A pontualidade era entendida por Monsenhor Alves Brás como o respeito pelo tempo dos outros, uma vez que, sendo tão precioso, o tempo não pode ser gasto em coisas vãs<sup>121</sup>, mas tinha que ser vivido em constante acção de graças. Neste sentido, Monsenhor Alves Brás faz uma boa gestão do tempo, de modo a conseguir responder a quem lhe pedia conselhos e orientações sem perturbar a sua actividade pastoral. Deste modo, é significativo o aproveitamento que faz do tempo em que espera a mudança de comboio, como se pode ler num postal escrito de Alfarelos afirmava: “Escrevo do comboio, vou ficar à Figueira e amanhã sigo para o Porto”<sup>122</sup>, ou de viagem, “Cá vamos a caminho de Vigo...”<sup>123</sup>.

### **2.3. Relação do Homem com os outros**

A espiritualidade cristã não é uma espiritualidade espiritualista, mas uma espiritualidade encarnada, que compromete a vida do cristão. Assim, implica o cristão não só na relação com Deus, mas também na relação com os outros, “pois aquele que não ama

---

<sup>120</sup> BRÁS, Joaquim Alves - *Apontamentos sobre o tempo*. In Arquivo Mons. Brás, *Dossier 16*, 16/Temp 1.

<sup>121</sup> Cf. INFANTE, Franco - *Monsenhor Alves Brás*, 560.

<sup>122</sup> BRÁS, Joaquim Alves - *Cartas*. In Arquivo Mons. Brás, *Dossier 17*, 17/CMc/MC 82.

<sup>123</sup> BRÁS, Joaquim Alves - *Cartas*. In Arquivo Mons. Brás, *Dossier 17*, 17/CMc/AAM 18.

o seu irmão, a quem vê, não pode amar a Deus, a quem não vê” (1Jo 4,20). Estas duas relações são inseparáveis, pois a relação com Deus orienta o homem para os outros e a relação com os outros conduzem-no para Deus.

### **2.3.1. Serviço aos Irmãos**

Monsenhor Alves Brás não ignorou este dinamismo de relação com os outros. A sua relação com Deus comprometeu-o com os irmãos, estando atento à realidade que o envolvia e esforçando-se em acolher e acompanhar os outros, nomeadamente os mais necessitados. Neste sentido, o seu apostolado esteve sempre apoiado em dois eixos, Deus e os outros, ou por outras palavras, a oração e o zelo apostólico.

Deste modo, colocou em prática as três operações da Acção Católica: ver, julgar e agir. Olhou para a realidade e viu as pessoas e os seus problemas. Perante tal, não condenou, mas reflectiu sobre o que via. Dessa reflexão surgiu silenciosamente a acção<sup>124</sup>. Assim surgiram as obras que fundou. Porém estas obras são reflexo da sua dedicação, do seu amor e do seu zelo para com os outros, pois, como costumava dizer,

“o apostolado que ninguém vê nem observa, é aquele que mais amo e que quero exercer com maior intensidade e zelo, em união com a Sagrada Família. Nazaré!... que magnífica escola para este apostolado obscuro e escondido aos olhos do mundo!... A própria vida convertida em oração, amor e zelo!”<sup>125</sup>

---

<sup>124</sup> Cf. INFANTE, Franco - *O Homem das três medidas*, 31.

<sup>125</sup> BRÁS, Joaquim Alves - *Notas pessoais - Retiro Anual - 9 a 14-VIII-1964*. In Arquivo Mons. Brás, Dossier 2, 2/Ra 18.

As obras espelham o carácter solícito do fundador, marcado pelo carinho, pela rectidão e pelo acompanhamento, como se pode verificar nas inúmeras cartas que recebia, quer para pedir, quer para agradecer os seus conselhos e ajudas.

“... recomendo-lhe que aproveite esta ocasião para se abrir, para expor as suas dificuldades, para se unir mais e mais com a sua Directora Geral e, através dela, com a Igreja e com Deus”<sup>126</sup>.

Monsenhor Alves Brás não se poupou no serviço humano e espiritual dos outros, nomeadamente das criadas de servir, que considerava fundamental para evangelizar as famílias.

### **2.3.2. Amor à Igreja**

Monsenhor Alves Brás concebia a Igreja como Mãe benigna e caridosa, à imagem de Maria. Esta era constituída por todos os baptizados. Assim, ajudado pela família, empenhou-se na criação de um sentido eclesial não só em si próprio, mas também nos indivíduos com quem se cruzava, nas famílias e na sociedade<sup>127</sup>.

Monsenhor Alves Brás viveu apaixonado pela Igreja, nutrindo grande devoção e admiração pelo Santo Padre e pelo magistério, expressas “na adesão, amor e entusiasmo com que falava dos Documentos oficiais”<sup>128</sup>. “A sua fidelidade à hierarquia reflectia-se na

---

<sup>126</sup> BRÁS, Joaquim Alves – *Cartas*. In Arquivo Mons. Brás, *Dossier 17*, 17/CMc/D 26.

<sup>127</sup> Cf. INFANTE, Franco - *O Homem das três medidas*, 23.

<sup>128</sup> CASTANHEIRA, Maria de Fátima - *TESTEMUNHAS DA RESSURREIÇÃO: A propósito da visita do Santo Padre a Portugal*. In *Flores sobre a Terra* 62 (Abril/Junho de 2010), 2.

confiança que depositava no seu bispo”<sup>129</sup>, a quem era obediente<sup>130</sup>. Neste sentido, considerava o bispo da sua diocese, nomeadamente D. José Alves Matoso, como um pai, com quem dialogava todos os seus planos de acção. Deste modo, ao formar os seminaristas, esforçava-se por incutir neles esta familiaridade com o bispo, dizendo: “Nada sem o Bispo e tudo com o Bispo”<sup>131</sup>. Porém, esta formação não se resumia a palavras, colocava-o em prática. Assim, da sua relação com o bispo nasceu uma grande admiração e confiança, levando a que o bispo a chamasse para seu confessor e lhe confiasse a missão de ser pacificador dos conflitos entre padres<sup>132</sup>.

A dedicação manifestada à formação e orientação dos candidatos ao sacerdócio, assim como a simpatia e respeito que nutria pelos colegas sacerdotes, visitando-os e ajudando-os, revelam o seu amor eclesial<sup>133</sup>.

Este amor à Igreja espelhava-se também na cordialidade com que tratava os bispos e párocos quando se dirigia às suas dioceses e paróquias. Assim, nunca ia a uma diocese sem falar com o bispo ou a uma paróquia sem contactar o pároco<sup>134</sup>. Esta sensibilidade e respeito pela jurisdição de cada um fizeram com que fosse acolhido e admirado por muita gente.

---

<sup>129</sup> CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA - *Nota Pastoral da Conferência Episcopal Portuguesa no Centenário do Nascimento do Servo de Deus Mons. Joaquim Alves Brás*, 288.

<sup>130</sup> Cf. MENOR, José Laguna - *MONSENHOR JOAQUIM ALVES BRÁS*. In *Flores sobre a Terra* 71 (Julho/Setembro de 2012), 2.

<sup>131</sup> BRÁS, Joaquim Alves – *Apontamentos*. In Arquivo Mons. Brás, *Dossier 3*, 3/Prep (S) 25.

<sup>132</sup> Cf. INFANTE, Franco - *Monsenhor Alves Brás*, 229.

<sup>133</sup> Cf. CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA - *Nota Pastoral da Conferência Episcopal Portuguesa no Centenário do Nascimento do Servo de Deus Mons. Joaquim Alves Brás*, 288.

<sup>134</sup> Cf. BRÁS, Joaquim Alves - *Notas atrasadas*. In Arquivo Mons. Brás, *Dossier 16*, 16/NP 16.

### 3. Conclusão

Monsenhor Alves Brás ultrapassou uma espiritualidade marcadamente sentimental, aliando-lhe uma forte tendência prática. Assim, encarnou o tríplice dinamismo da espiritualidade cristã, que João XXIII definiu como ascese pessoal, oração e zelo apostólico.

Neste sentido, pautou a sua vida, tendo em conta a teologia do sacerdócio da época, pela imitação de Cristo, cultivando um conjunto de virtudes e combatendo os defeitos que possuía. A união com Cristo foi sempre o seu grande desejo e o modelo que o fez dar a sua vida sem reservas aos outros, vencendo as dificuldades, percorrendo o país de norte a sul e difundindo as suas obras, mesmo perante as contrariedades.

Monsenhor Alves Brás, através do tríplice dinamismo da espiritualidade cristã, soube ver as lágrimas caladas de muitas criadas e famílias, procurando consolar e encontrar o remédio para essas lágrimas. Este sabia que só na fidelidade à escola de Deus, que afina os ouvidos e alarga o coração, se é capaz de enfrentar os problemas da vida<sup>135</sup>. Assim confiado em Deus e atento aos problemas dos homens, soube progredir no caminho da santidade.

---

<sup>135</sup> Cf. CLETO, Albino Mamede - *Homilia (31 de Janeiro de 1999)*. In *Celebrar uma Vida Projectar uma Obra: 1º Centenário do Nascimento de Mons. Joaquim Alves Brás*, 300.

## CAPÍTULO III

---

### MONSENHOR BRÁS: ESPIRITUALIDADE FEITA OBRA

O tríplice dinamismo da espiritualidade cristã, que coloca o homem em relação consigo mesmo, com Deus e com os outros, ultrapassa a mera espiritualidade e entra no âmbito da pastoral da espiritualidade<sup>136</sup>. Ou seja, o dinamismo relacional da espiritualidade cristã vai ao encontro das realidades concretas do quotidiano da pessoa humana. Assim, a espiritualidade cristã é marcada por uma forte sensibilidade social. Porém, nem sempre, ao longo da história, se teve a clara consciência dessa sensibilidade. Esta teve um forte impulso nos finais do séc. XIX e desenvolveu-se ao longo do séc. XX<sup>137</sup> com a criação de várias congregações e institutos que no seu carisma têm bem marcado a vertente social de ensino e assistência.

Monsenhor Alves Brás, com um forte sentido pragmático, empenhou-se por fazer da sua espiritualidade o receptáculo e a fonte da sua acção pastoral. Deste modo, a sua espiritualidade apresenta-se com uma dupla vertente, inseparável entre si. Por um lado, acolhe as interpelações da realidade social e reza-as. Por outro, leva a oração à prática, agindo perante essas interpelações.

Neste sentido, começamos por desenvolver a interpelação social que fortemente marcou a pastoral de Monsenhor Alves Brás, o problema das criadas. Posteriormente, centramos a atenção nas obras fundadas pelo Monsenhor para fazer face a essa

---

<sup>136</sup> Cf. CHECA, Rafael - *La Pastorale della Spiritualità Cristiana*. Città del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 1998, 9.

<sup>137</sup> Cf. MAROTO, Daniel - *Historia de la Espiritualidad*. Madrid: Instituto de Espiritualidad a distancia agregado al “Tesianum” de Roma, 1986, 275.

interpelação. Terminamos com os desafios que a espiritualidade de Monsenhor Alves Brás lança à actualidade.

## **1. PROBLEMA DAS CRIADAS**

A criada de servir, durante muito tempo, foi encarada como sendo um elemento da família, vindo muito nova servir na casa, onde vivia toda a sua vida e que só deixava ao morrer. Apesar dos salários serem reduzidos ou inexistentes, tinham cama, mesa, vestuário, calçado e, na maioria dos casos, os patrões eram responsáveis pela sua assistência médica e farmacêutica. Para além disso, os patrões acolhiam, quase sempre, também os pais e irmãos da criada, sendo protectores da sua família.

Esta perspectiva manteve-se até aos inícios do séc. XX, momento em que a realidade social e familiar mudou. Os patrões tornaram-se mais egoístas e autoritários e as criadas exigentes e altivas. Estas deixaram de ser vistas como membros da família e as suas famílias deixaram de ser acolhidas e protegidas pelos patrões. Sozinhas e perante uma realidade social tantas vezes estranha, as criadas procuravam servir as casas mais ricas. Esta ânsia de uma vida melhor levava muitas criadas a saírem das casas que serviam para procurarem casas que lhe oferecessem melhores condições.

Todavia não se tornava fácil arranjar novas famílias para servir. A população portuguesa tinha aumentado. A par deste aumento a economia fazia sentir a sua insegurança, encarecendo o custo de vida e reduzindo os salários. Estas mudanças aumentaram a pobreza e levaram à deslocação de muita gente dos campos para a cidade à

procura de melhores condições de vida. Porém a procura superava em muito a oferta, o que conduziu muitos, nomeadamente mulheres, para dramas humanos e sociais.

Para fazerem face às dificuldades financeiras, as famílias numerosas, principalmente rurais e com poucos recursos económicos, eram obrigadas a enviarem as filhas, ainda muito novas, para as cidades à procura de uma casa onde servir<sup>138</sup>. Deste modo, muitas raparigas, que nunca tinham saído do campo, foram para a cidade, inexperientes, sem formação e, muitas delas, sem possibilidade económica de regressarem a casa, caso não encontrassem uma casa para servir.

“Duma vez, chegou à Guarda uma pequena de 16 anos que os pais meteram na camionete de Pinhel, sem dinheiro para o regresso. A rapariga deu voltas à cidade à procura de emprego. Não o conseguiu. A altas horas da noite ainda ela deambulava de porta em porta cheia de fome e de frio. A polícia encontrou-a, prendeu-a e meteu-a na esquadra”<sup>139</sup>.

Neste sentido, as raparigas estavam sujeitas à sua sorte, sem legislação que as protegesse e impusesse um mínimo de justiça nas relações de trabalho. Apenas tinham uma lei, a lei da oferta e da procura, que não garantia salário, nem horário digno. Tinham de aceitar o salário que lhe ofereciam e que era, excluindo raras excepções, miserável e, muitas vezes, dado directamente à família. As criadas não tinham “tempo, nem espaço, para exercer a própria liberdade”<sup>140</sup>, trabalhando sem descanso, não só nos trabalhos domésticos, mas também na educação dos filhos dos patrões.

As dificuldades económicas não eram as únicas que afligiam as criadas de servir. Elas tinham ainda de enfrentar diversas provações ao nível moral, sendo frequentemente aliciadas à corrupção pelos próprios patrões. Por esta e por outras razões, havia entre a

---

<sup>138</sup> Cf. MEERSSCHAERT, Lieve - Alguns contributos para o estudo da identidade das empregadas domésticas em Portugal. In *Análise Social*. Vol. 22 (1986), 634.

<sup>139</sup> COELHO, Messias Dias - *O Problema das Criadas*. Lisboa: Edições OPFC, 1958, 18.

<sup>140</sup> RAMOS, António Jesus - *Discurso nas comemorações das bodas de ouro da Obra de Santa Zita, Figueira da Foz, Fevereiro de 1982*. In Arquivo Geral da Obra de Santa Zita, *Dossier* 38, 38/B0.0.



classe das criadas um número elevado de mães solteiras. “Na maternidade da cidade da Guarda passavam, em cada ano, 30 a 40 criadas. De Março de 1931 a Março de 1932, foram mães 34 criadas solteiras”<sup>141</sup>.

A situação era alarmante, pois se os números falavam para uma pequena cidade do interior, seriam gritantes nas grandes cidades. O problema não se reduzia apenas ao facto de haver muitas mães solteiras entre as criadas, pior ainda era o número das que enveredam pela prostituição. Este era impressionante. Segundo relatórios policiais, em Lisboa, 51% das prostitutas eram provenientes da classe das criadas e no Porto 82%. Em todas as cidades do país ultrapassam 50% e destas, 80% eram menores de idade<sup>142</sup>.

Sem o mínimo de segurança económica e social, a criada facilmente era posta na rua sem justificação nem motivo. Bastava para tal os ciúmes da patroa, a não correspondência aos desejos do patrão ou os caprichos dos filhos. Conta o cônego Infante:

“Algumas criadas eram despedidas altas horas da noite, num momento de mau-humor ou de indignação dos patrões, vagueando pelas ruas à procura de um abrigo, onde pudessem pernoitar até ao dia seguinte; outras, libertavam-se das madrastras ou eram sacudidas por elas e vinham, inexperientes e inocentes, à procura de trabalho na cidade, sujeitando-se a todos os perigos morais, inclusive a prostituição”<sup>143</sup>.

A protecção que tinham era reduzida, assim como reduzida era a formação, à qual se somavam alguns problemas de saúde. Perante a situação de desemprego, o caminho mais fácil era o do lupanar, onde a exploração continuava, agora em escala maior. O drama social das criadas de servir era gritante. Sem direitos, sem salário, sem horário, afastadas da família muito novas, tinham de enfrentar as mais diversas situações de exploração, a não ser que tivessem uma boa família a quem servir.

---

<sup>141</sup> INFANTE, Franco - *Monsenhor Alves Brás*, 338.

<sup>142</sup> Cf. INFANTE, Franco - *Monsenhor Alves Brás*, 339-340.

<sup>143</sup> INFANTE, Franco - *Monsenhor Alves Brás*, 307.

A sociedade parecia estar adormecida para a realidade deste drama, não o vendo ou não querendo ver. Teve que ser um homem, experimentado pelo sofrimento, a despertá-la para a dura realidade. Esse homem foi Joaquim Alves Brás, o incansável sacerdote, que imitando Cristo, “não veio para ser servido, mas para servir” (Mc 10, 45), denominando-se o “servo das servas”<sup>144</sup>.

## **2. OBRAS DE MONSENHOR JOAQUIM ALVES BRÁS**

Ao ser nomeado para a direcção espiritual do Seminário Maior da Guarda, o Padre Joaquim Alves Brás dedicou-se a outras actividades, nomeadamente à visita dos doentes do hospital da cidade. Foi nestas visitas que fez o primeiro diagnóstico da situação social e moral das criadas de servir.

Na secção da maternidade havia muitas mães solteiras que, na maioria, eram criadas. Porém, a situação mais alarmante era encontrar entre as mães mulheres que estavam ali não por serem mães ou por estarem para ser mães, mas por se encontrarem em tratamento de doenças que adquiriram na vida imoral. Esta situação escandalizou Monsenhor Alves Brás e não o deixou descansado, pois muitas dessas tinham sido criadas de servir.

Deparando-se com este problema social de degradação moral, Monsenhor Alves Brás não cruzou os braços, nem se conformou com ele. Pelo contrário acolheu-o como um

---

<sup>144</sup> Cf. CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA - *Nota Pastoral da Conferência Episcopal Portuguesa no Centenário do Nascimento do Servo de Deus Mons. Joaquim Alves Brás*, 289.

desafio à sua consciência sacerdotal e ao seu dinamismo pastoral. Aquelas jovens e mulheres necessitavam de quem se ocupasse delas e as ajudasse.

Desde então, Monsenhor Alves Brás dedicou-se, sem deixar os seus trabalhos com os seminaristas, ao apostolado das criadas de servir.

“Embora coxo, percorrerá, qual peregrino, todos os caminhos de Portugal; como atleta lutará denodadamente pela defesa da classe serviçal contra adversários de vários matizes, alguns dos quais constituindo dolorosa surpresa para ele; como alpinista escalará montanhas de incompreensões; como Cireneu voluntário ajudará a levar a cruz do Senhor, deixando tintas de sangue nas pedras do caminho para conseguir a promoção humana e cristã dessa porção humilde do Corpo de Cristo: as Criadas de Servir”<sup>145</sup>.

Neste sentido, Monsenhor Alves Brás começa por apresentar com toda a frontalidade e crueza o problema às autoridades civis, nomeadamente ao Provedor da Santa Casa da Misericórdia e ao Governador Civil, conseguindo separar a maternidade do espaço de tratamento das mulheres dadas à imoralidade<sup>146</sup>. Porém, o problema não podia ficar somente pelas autoridades civis. Monsenhor Alves Brás confrontou o Bispo com a dura realidade, recebendo dele a autorização para começar o apostolado junto das criadas de servir.

As reuniões mensais com as criadas foram revelando as várias necessidades da classe e a importância de uma resposta que ultrapassasse a formação espiritual e encarasse o problema na sua globalidade. Deste modo, Monsenhor Alves Brás estava consciente de que a sua actividade precisava, antes de mais, de dar resposta às necessidades humanas. Assim, tornava-se

---

<sup>145</sup> INFANTE, Franco - *Monsenhor Alves Brás*, 344.

<sup>146</sup> Cf. COELHO, Messias Dias - *O Problema das Criadas*, 14.

“necessário formar aquelas raparigas e dar-lhes a noção exacta da dignidade humana e cristã. Era necessário prepará-las profissionalmente e assistir-lhes no desemprego, na doença e na velhice. Era preciso despertar nelas o espírito de economia e previdência em ordem a um uso mais inteligente do seu pequeno ordenado”<sup>147</sup>.

## **2.1. Obra de Previdência e Formação das Criadas**

Tendo em conta as três grandes necessidades (formação, assistência e previdência), Monsenhor Alves Brás, juntamente com algumas criadas, empenhou-se em arranjar uma casa que acolhesse as criadas despedidas ou que se encontrassem na cidade sem terem um local para onde ir. Depois de passar por casa de Maria José Lucas, a primeira presidente da Obra, e por uma sala no Largo de S. Vicente, a Obra das Criadas instalou-se na Rua de D. Sancho. Assim, nasceu oficialmente, em 1932, a Obra de Previdência e Formação das Criadas<sup>148</sup>, que viria a ser conhecida por Obra de Santa Zita, a sua padroeira.

A O.P.F.C. era uma associação de criadas, pelas criadas e para as criadas. Esta estava destinada “a defender os interesses e a promover o bem material, intelectual e moral das criadas de servir”<sup>149</sup>. A associação tinha como finalidades dar formação profissional e moral, manter uma casa para assistência às criadas, promover o espírito de previdência e economia entre as associadas e zelar pelos direitos das criadas perante os patrões<sup>150</sup>.

---

<sup>147</sup> COELHO, Messias Dias - *O Problema das Criadas*, 20-21.

<sup>148</sup> Passa-se a usar a abreviatura O.P.F.C. para designar a Obra de Previdência e Formação das Criadas.

<sup>149</sup> OBRA DE PREVIDÊNCIA E FORMAÇÃO DE CRIADAS - *Estatutos da Obra de Previdência e Formação de Criadas da Guarda*. Guarda: Oficinas do Outeiro de S. Miguel, 1933, 5.

<sup>150</sup> Cf. OBRA DE PREVIDÊNCIA E FORMAÇÃO DE CRIADAS - *Estatutos da Obra de Previdência e Formação de Criadas da Guarda*, 5-6.

A O.P.F.C. teve inicialmente a sua sede na Guarda. Porém rapidamente se percebeu que não podia ficar reduzida à cidade da Guarda. As necessidades que a Obra pretendia atender não estavam reduzidas a uma região, mas encontravam-se em todo o país. Para além disso, se os patrões mudavam de residência as criadas tinham de os acompanhar. Deste modo, a acção da O.P.F.C. estava incompleta se ficasse reduzida àquela cidade. Era preciso que a sua acção se estendesse pelo país e atingisse a capital. Assim, em 1939, abre a primeira Casa de Santa Zita em Lisboa.

A O.P.F.C. teve de se confrontar inicialmente com a desconfiança e a pobreza. Muitos “apregoavam que a O.P.F.C. era inútil e até prejudicial”<sup>151</sup>. As patroas viam a Obra como uma perda de tempo. As famílias das criadas, interessadas apenas no salário, opunham-se à Obra pelo facto das criadas pagarem uma quota e fazerem depósitos. Os intelectuais hostilizavam a Obra, profetizando o fim das criadas tal como tinha acontecido na América. Algumas famílias cristãs apelidavam a Obra de comunista por esta defender os direitos das criadas e as instruir, recusando-se a aceitar as criadas que a ela pertenciam<sup>152</sup>. Porém, apesar das grandes resistências iniciais, a O.P.F.C. espalhou-se por todo o país.

Com o proliferar da Obra pelas várias cidades e vilas do país, Monsenhor Alves Brás fundou o jornal “Voz das Criadas” para dar voz às criadas, unindo as diversas casas. Este era um meio de chegar às criadas e às famílias, levando-lhes alguma formação e informação espiritual e temporal.

Para além de se dirigir às criadas, a O.P.F.C. abriu as suas portas às “seminaristas”. Estas eram as irmãs dos seminaristas que iriam ajudar os futuros sacerdotes na sua actividade pastoral. Assim, necessitavam de formação no âmbito das lidas domésticas, mas

---

<sup>151</sup> INFANTE, Franco - *Monsenhor Alves Brás*, 322.

<sup>152</sup> Cf. INFANTE, Franco - *Monsenhor Alves Brás*, 323.

também no âmbito catequético e pastoral. Monsenhor Alves Brás tentou inculcar nestas jovens a consciência de que o seu serviço não era dirigido ao irmão, mas a Cristo Sacerdote. Neste sentido, Monsenhor, dirigindo-se às “seminaristas” afirmava: “tu serás para o sacerdote que acompanhas e a quem serves o mesmo que foram para Jesus aquelas mulheres generosas e dedicadas de que nos fala o Evangelho”<sup>153</sup>.

As suas actividades não se podiam encarar como mero serviço, mas como uma vocação. Cristo chamava-as ao Seu serviço. Dando formação às irmãs dos seminaristas, a O.P.F.C. prestava um grande serviço à Igreja, colocando ao serviço dos futuros sacerdotes raparigas formadas humana, espiritual e profissionalmente e com espírito de economia e previdência. Continua o Monsenhor:

“Pensa ainda que além dessa colaboração no plano das coisas materiais – arranjo da residência, cozinha, roupas, asseio e limpeza da Igreja – tu poderás ser ainda a grande colaboradora num outro plano: o das actividades apostólicas. Devidamente preparada, poderás ser uma boa catequista, uma fervorosa zeladora do Apostolado de Oração, uma vicentina dedicada, um membro valioso numa secção da Acção Católica, uma Cooperadora Paroquial da O.P.F.C. Deste modo serás também missionária em certa medida”<sup>154</sup>.

### **2.1.1. Formação**

A maior parte das associadas da O.P.F.C. eram analfabetas<sup>155</sup>. Neste sentido, tornava-se necessário proceder à sua formação. Assim, a O.P.F.C. desenvolveu um forte

---

<sup>153</sup> BRÁS, Joaquim Alves - *Uma Vocação Ignorada*. Lisboa: Edições OPFC, 1956, 3.

<sup>154</sup> BRÁS, Joaquim Alves - *Uma Vocação Ignorada*, 3-4.

<sup>155</sup> Cf. INFANTE, Franco - *Monsenhor Alves Brás*, 325.

trabalho de instrução e formação, abrangendo três áreas: humano-espiritual, intelectual e profissional.

“A acção exercida junto das criadas ou auxiliares da família visa a moralidade das famílias. Uma criada vivendo sempre no seio das Famílias, não é um elemento indiferente: Ou faz bem ou faz mal, conforme for a sua formação e o seu viver. E por conseguinte pode levar para as famílias a virtude ou o vício, a moralidade ou a imoralidade”<sup>156</sup>.

A formação humano-espiritual das criadas era de todo importante, pois nas suas funções ela contacta com as diversas realidades da vida familiar, tendo um papel indispensável na formação dos filhos dos patrões. Assim, Monsenhor Alves Brás, ao passar pelas diversas dioceses, não se cansava de recorrer a tudo o que pudesse formar as criadas, “retiros, cursos, tríduos de preparação, reuniões, conferências, palestras, jornais, almanaques”<sup>157</sup>.

Monsenhor Alves Brás empenhava-se em evangelizar as criadas, fazendo-as crescer humana e espiritualmente. Assim, fazia crescer o seu apostolado entre as famílias, pois estas vinham de uma família, serviam uma família e constituíam uma família.

Para além da formação humano-espiritual, a O.P.F.C. proporcionava às criadas um curso de ensino elementar para que pudessem aprender a ler e escrever, assim como cursos de aperfeiçoamento para se cultivarem intelectualmente. Deste modo, a Obra combatia o analfabetismo entre as criadas de servir<sup>158</sup>.

Porém, a formação não ficava por aqui. Em quase todas as Casas da O.P.F.C, para fazer face à ignorância profissional, abriram cursos básicos de culinária, serviço de mesas e

---

<sup>156</sup> BRÁS, Joaquim Alves - *O que a OPFC tem feito e está fazendo a favor da moralidade pública*. In Arquivo Mons. Brás, *Dossier 11*, 11/Pal 55.

<sup>157</sup> INFANTE, Franco - *Monsenhor Alves Brás*, 408.

<sup>158</sup> Cf. OBRA DE PREVIDÊNCIA E FORMAÇÃO DAS CRIADAS - *Directório Prático da Obra de Previdência e Formação das Criadas*. Guarda: Oficinas de S. Miguel, 1954, 11.

de quartos, costura e conserto, limpeza e arranjo de roupas e engomados. Estes cursos, caracterizados pela simplicidade e espírito prático, eram ministrados familiarmente pelas cooperadoras da família. Posteriormente, a O.P.F.C. promoveu também algumas lições de enfermagem e puericultura.

“O ambiente acolhedor e amigo, a convivência fraterna com tantas raparigas que sentiam e viviam os mesmos problemas, a sã alegria, as diversões, os ensinamentos práticos de toda a ordem que lhes eram ministrados, etc., atraíam-nas como íman poderoso e irresistível. Habitualmente, efectuavam-se ao Domingo, à tarde. Rezavam, cantavam, divertiam-se e aprendiam lições que as habilitavam a ser pessoas dignas, criadas profissionalmente competentes e cristãs responsáveis”<sup>159</sup>.

Monsenhor Alves Brás sempre quis que a formação na O.P.F.C. fosse mais experimental que teórica. Neste sentido, foi implementado nas Casas de Santa Zita um sistema de pensionato. Este recebia pessoas reconhecidas e recomendadas, possibilitando, por um lado, alguma sustentação à Obra e aos cursos ministrados e, por outro, a experiência das criadas nas diferentes áreas.

### **2.1.2. Previdência**

A maioria das criadas não tinha qualquer sentido de economia, esbanjando o que ganhavam em luxos e divertimentos. Perante tal, um dos objectivos da O.P.F.C. foi a promoção, entre as criadas, do espírito de previdência e economia<sup>160</sup>. Assim, foi criada a Caixa Económica, posteriormente Secretariado de Previdência, onde as *opefecistas*<sup>161</sup>

---

<sup>159</sup> INFANTE, Franco - *Monsenhor Alves Brás*, 419-420.

<sup>160</sup> Cf. OBRA DE PREVIDÊNCIA E FORMAÇÃO DE CRIADAS - *Estatutos da Obra de Previdência e Formação de Criadas da Guarda*, 6.

<sup>161</sup> As *opefecistas* são as criadas associadas da O.P.F.C.



depositavam as suas economias. Estas, segundo o Artigo VIII dos primeiros estatutos, tinham de depositar o mínimo de 5\$00 mensais<sup>162</sup>. Posteriormente passou a ser 10% do ordenado que recebiam<sup>163</sup>.

Este depósito era administrado pela O.P.F.C., evitando gastos inúteis e salvaguardando a dignidade do futuro, em situação de doença, desemprego ou invalidez. Cada *opefecista* só podia levantar anualmente 25% do saldo, excepto em caso de doença dela ou dos familiares directos, de constituição de família ou de saída da associação<sup>164</sup>.

### 2.1.3. Assistência

A desgraça de muitas criadas devia-se à falta de assistência perante situações de desemprego inesperado. Com esta consciência, Monsenhor Alves Brás fundou as casas da O.P.F.C., também denominadas Casas de Santa Zita, para assistir às criadas nos momentos de necessidade. A O.P.F.C. acolhia as criadas nos momentos de desemprego. Mas também em momentos de doença, de invalidez e de simples descanso.

A O.P.F.C. tem dispensários de assistência médica, onde as criadas podem ser consultadas gratuitamente. Assim, quando alguma *opefecista* adoece tem a possibilidade de ser internada nas enfermarias privativas das Casas de Santa Zita. Enquanto está doente, a Obra disponibiliza uma substituta. Nos casos da doença ser grave e a impossibilite de

---

<sup>162</sup> Cf. OBRA DE PREVIDÊNCIA E FORMAÇÃO DE CRIADAS - *Estatutos da Obra de Previdência e Formação de Criadas da Guarda*, 8.

<sup>163</sup> Cf. OBRA DE PREVIDÊNCIA E FORMAÇÃO DE CRIADAS - *Estatutos da Obra de Previdência e Formação das Criadas*. Guarda: Tipografia “Veritas”, 1942, 5.

<sup>164</sup> Cf. OBRA DE PREVIDÊNCIA E FORMAÇÃO DE CRIADAS - *Estatutos da Obra de Previdência e Formação das Criadas*, 5.

trabalhar mais de três meses, a O.P.F.C., para além de tratar do seu internamento em hospitais civis, garante-lhe um subsídio. Para responder aos casos em que as criadas ficam inválidas por doença ou velhice e com poucas economias para o resto da vida, a O.P.F.C. criou a Secção de Invalidez.

A O.P.F.C. contém ainda serviços de colocações, de assistência ao domicílio e de auxílio a criadas pobres que chegam à cidade. Muitas criadas chegam à cidade apenas com a roupa que têm no corpo e sem qualquer tipo de formação, a O.P.F.C. acolhe-as, dá-lhes um pequeno enxoval e possibilita-lhes aprendizagem e alguma experiência nos serviços indispensáveis para uma criada.

A colocação de uma criada numa família pode não ser fácil ou por causa do feitio da criada, ou pelas exigências da família. Para facilitar, a O.P.F.C. possui um serviço de colocação que tenta ajustar a criada à família e vice-versa, defendendo “a criada de más famílias e protege a família de serviçais menos dignas”<sup>165</sup>.

A Obra pretende satisfazer ambos os lados, criadas e famílias. Neste sentido, para além da acção nas Casas de Santa Zita, a O.P.F.C, através das *visitadoras ao domicílio*, vai ao encontro das criadas nas famílias onde trabalham, para ouvirem as queixas de criadas e patroas, na tentativa de sanar conflitos que possam surgir.

A Obra foi para a classe das criadas, totalmente desprotegida e carenciada, a única «Caixa» de Previdência, o único «Albergue» de Assistência, a Escola de Alfabetização – Escolaridade básica, de Educação e Desenvolvimento Humano, o Centro Formação Profissional, o único Centro de Profilaxia e Saúde, o espaço privilegiado de Cultura, Recreio, Convívio e de Integração Social e Familiar.

---

<sup>165</sup> COELHO, Messias Dias - *O Problema das Criadas*, 115.

Com o passar do tempo, a O.P.F.C. foi abrindo a sua formação a outras pessoas, desenvolvendo diversas actividades de apoio à família. Neste sentido, em 1991, abriu a *Fundação Monsenhor Alves Brás*, uma Escola Profissional de Agentes de Serviço e Apoio Social. Esta dedica-se fundamentalmente à formação profissional e contínua de jovens e adultos.

Em 1985 a O.P.F.C. foi reestruturada. Deste modo, mudou oficialmente de nome passando-se a chamar Obra de Santa Zita e ampliou a seu âmbito de acção.

“A Obra de Santa Zita é, hoje, uma Instituição de Solidariedade Social e a sua actividade estende-se a jardins-de-infância e ATLS, Lares familiares, Centros de dia e Serviço domiciliário, Acções pastorais e sócio-culturais, sempre em ordem ao bem da família. Fundou a Escola Profissional de Agentes de Serviço e Apoio Social com os Cursos de «Animador Sociocultural/Assistente Familiar» e «Técnico Auxiliar de Infância», preparando quadros intermédios capazes de intervir na «construção» da Família”<sup>166</sup>.

## **2.2. Instituto Secular das Cooperadoras da Família**

Com o crescimento da O.P.F.C., Monsenhor Alves Brás estava convicto de que era necessário formar e especializar algumas criadas para se dedicarem exclusivamente à Obra. A estas era confiada a direcção e a responsabilidade da Obra<sup>167</sup>, assim como a “orientação das Casas com os seus múltiplos ramos de actividade, o que exigia treinos específicos”<sup>168</sup>.

---

<sup>166</sup> CASTANHEIRA, Maria de Fátima - *A Sagrada Família no carisma de Mons. Joaquim Alves Brás*. In *Família de Nazaré, Mistério e exemplo*, 233.

<sup>167</sup> Cf. COELHO, Messias Dias - *O Problema das Criadas*, 50.

<sup>168</sup> INFANTE, Franco - *Monsenhor Alves Brás*, 319.

Estas foram a alma da Obra, pois, deixando de servir os patrões, dedicaram-se-lhe a tempo inteiro, consagrando-se totalmente aos trabalhos da O.P.F.C..

Assim, começava a germinar, em 1933, o Instituto Secular das Cooperadoras da Família. Este foi aprovado pelo Bispo, D. José Alves Matoso, a 09 de Janeiro de 1937, como *Instituto Secular das Servas da Família*, apenas com carácter diocesano.

Ao espalhar-se pelo país, a O.P.F.C. obrigou o Instituto a sair da Guarda para Lisboa. Neste sentido, Monsenhor Alves Brás pediu ao Sr. Cardeal Patriarca de Lisboa, D. Manuel Cerejeira, que erigisse canonicamente o Instituto em Obra Pia. Assim, a 10 de Janeiro de 1955, o Instituto é erigido *Obra Pia das Cooperadoras da Família*.

Muito caminho havia ainda a percorrer. Monsenhor Alves Brás, após a publicação da Constituição Apostólica *Provida Mater Ecclesia*, em 1947, desejava o reconhecimento do Instituto por Roma. Neste sentido, em 1957, juntamente com o cônego Dr. Agostinho de Almeida Alves, trabalhou na revisão das Constituições, enviando-as para Roma, em Março de 1957.

De Obra Pia é elevado a Instituto Secular de direito diocesano, em 1961, com o título de «Cooperadoras da Família». O Instituto é reconhecido de direito pontifício em 2000<sup>169</sup>, sendo aprovadas as Constituições.

“O objectivo do Instituto é, pois, congregar e formar as pessoas que vivam no mundo, mas não sejam do mundo e que, em toda a sua vida e com toda a sua actividade, procurem dar, em união com a Sagrada Família, glória à Santíssima Trindade, Pai, Filho e Espírito Santo, convertendo a sua vida em oração, amor e zelo, combatendo o

---

<sup>169</sup> Cf. CARDOSO, Arnaldo Pinto - *O ISCF – Uma Resposta para a Família em Transformação....* In *Com a força do Espírito*. Lisboa: Instituto das Cooperadoras da Família, 2009, 40.

pecado, o erro e a ignorância religiosa e reparando e expiando as ofensas à Majestade Divina”<sup>170</sup>.

Monsenhor Alves Brás repetia frequentemente que o mundo só seria salvo pela salvação das famílias<sup>171</sup>. Assim, o Instituto Secular das Cooperadoras da Família<sup>172</sup>, actuando no meio do mundo, devia ser fermento do Evangelho para a humanidade, tendo como especificidade do seu carisma e missão a santificação das famílias<sup>173</sup>.

Deste modo, Monsenhor Alves Brás defendia que o Instituto, para além do fim geral que era a glória de Deus, se dedicasse, mais especificamente, a promover o bem espiritual e temporal das famílias, a implorar a santificação dos sacerdotes e dos aspirantes ao sacerdócio, a colaborar com o clero paroquial nos serviços sociais da paróquia, a combater o pecado, o erro e a ignorância religiosa, sobretudo nas famílias, e a reparar e expiar as ofensas feitas à Majestade divina<sup>174</sup>.

Perante tal, o ISCF apresenta-se sustentado por dois pilares, herdados do fundador, a secularidade e a espiritualidade, conjugando a preocupação apostólica com o desejo de perfeição, expresso na prática dos conselhos evangélicos. Esta conjugação encontra-se nas duas máximas que devem orientar a vida de cada Cooperadora, “Mãos no trabalho, coração em Deus” e “Passar fazendo o bem”<sup>175</sup>.

---

<sup>170</sup> BRÁS, Joaquim Alves - *ICF Constituições e Regulamento*. In Arquivo Mons. Brás, *Dossier 13*, 13/ICF 16, 11.

<sup>171</sup> Cf. CARDOSO, Arnaldo Pinto - *Mons. Joaquim Alves Brás: Um Apóstolo da Família em Portugal*. In *Lumen*. 60 (1999), 165.

<sup>172</sup> Passa-se a usar a abreviatura ISCF para designar o Instituto Secular das Cooperadoras da Família.

<sup>173</sup> Cf. INSTITUTO SECULAR DAS COOPERADORAS DA FAMÍLIA - *Constituições (2000)*. Lisboa: Instituto Secular das Cooperadoras da Família, 2000, 34-35.

<sup>174</sup> Cf. BRÁS, Joaquim Alves - *Institutos Seculares: Instituto das Cooperadoras da Família*. Lisboa: Instituto das Cooperadoras da Família, 1973, 15; Cf. BRÁS, Joaquim Alves - *Constituições (1963)*. In Arquivo Mons. Brás, *Dossier 14*, 14/ICF 2.

<sup>175</sup> Cf. CARDOSO, Arnaldo Pinto - *O ISCF – Uma Resposta para a Família em Transformação....* In *Com a força do Espírito*, 41-42.

Neste sentido, seguindo o carisma do fundador, cada cooperadora deve ser testemunha fiel e viva do Evangelho, ter apreço pelas realidades temporais, ser competente e verdadeira e ter amor preferencial pelos pobres<sup>176</sup>. Esta assume uma espiritualidade eminentemente eucarística, que se traduza numa vida de simplicidade e discrição<sup>177</sup> e deve sentir com a Igreja e trabalhar como e onde a Igreja precisar<sup>178</sup>, discernindo quais os meios mais apropriados para atingir os fins a que se propõe.

O Instituto, tentando responder às grandes preocupações pastorais de Monsenhor Alves Brás, ou seja, a santificação das famílias e dos sacerdotes<sup>179</sup>, coloca um “especial empenho nas Obras e actividades criadas pelo Fundador, nomeadamente a Obra de Santa Zita, os Centros de Cooperação Familiar e o Movimento por um Lar Cristão”<sup>180</sup>.

Para propagar a devoção à Sagrada Família de Nazaré, assim como para formar e informar as famílias, Monsenhor Alves Brás fundou, em 1960, o “Jornal da Família”. Este é uma iniciativa ligada ao ISCF que pretende atingir a globalidade da família, pois o fundador estava convencido que o mais pequeno bem feito em proveito da família seria de grande benemérito para a Igreja e para a sociedade<sup>181</sup>.

---

<sup>176</sup> Cf. MARTINS, José Saraiva - *O ISCF – 75 Anos consagrados à família*. In *Com a força do Espírito*, 78.

<sup>177</sup> Cf. BRÁS, Joaquim Alves - *Constituições (1963)*. In Arquivo Mons. Brás, *Dossier 14*, 14/ ICF 2.

<sup>178</sup> Cf. MARTINS, José Saraiva - *Nos 75 Anos do Instituto Secular das Cooperadoras da Família*. In *Com a força do Espírito*, 90-91.

<sup>179</sup> Cf. CASTANHEIRA, Maria de Fátima - *Inauguração do Monumento Evocativo do Centenário*. In *Celebrar uma Vida Projectar uma Obra: 1º Centenário do Nascimento de Mons. Joaquim Alves Brás*, 97.

<sup>180</sup> INSTITUTO SECULAR DAS COOPERADORAS DA FAMÍLIA – *Directório*. Lisboa: Instituto Secular das Cooperadoras da Família, 2003, 14.

<sup>181</sup> INSTITUTO SECULAR DAS COOPERADORAS DA FAMÍLIA - *Padre Alves Brás: O importante é a Família*, 83-84.

### 2.2.1. Focos de Esperança

O Instituto Secular das Cooperadoras da Família, seguindo a espiritualidade blasiana<sup>182</sup> e com o patrocínio da Sagrada Família de Nazaré, fundou um movimento juvenil. Este fundamenta-se na perícopes bíblica «confessai Cristo como Senhor, sempre dispostos a dar a razão da vossa esperança a todo aquele que vo-la peça» (1Pe 3,15).

Os jovens que constituem o movimento acreditam “que é possível construir um mundo com mais esperança, querendo por isso, surgir como um «Foco» a iluminar a humanidade, desafiando-a a trilhar os caminhos da Esperança”<sup>183</sup>. Neste sentido, procuram reger a sua vida por valores humanos e cristãos e discernir o projecto que Deus tem para cada um deles, aprofundando a sua identidade cristã e eclesial e sendo testemunhas da Esperança que é Cristo<sup>184</sup>.

## 2.3. Centros de Cooperação Familiar

A maioria das criadas pensa em casar. Porém, o namorar era encarado como algo que tinha de ser feito às ocultas, possibilitando um conjunto de perigos, nomeadamente a mancebia. Monsenhor Alves Brás estava consciente deste risco. Assim, proporcionou às criadas que desejassem casar reuniões de preparação para o casamento nas Casas de Santa

---

<sup>182</sup> Espiritualidade de Monsenhor Joaquim Alves Brás.

<sup>183</sup> CALDEIRA, Maria Manuela Nunes - *Focos de Esperança*. In *Celebrar uma Vida Projectar uma Obra: 1º Centenário do Nascimento de Mons. Joaquim Alves Brás*, 75.

<sup>184</sup> Cf. CASTANHEIRA, Maria de Fátima - *A Sagrada Família no carisma de Mons. Joaquim Alves Brás*. In *Família de Nazaré, Mistério e exemplo*, 243.

Zita, apontando alguns perigos que poderiam existir no namoro, consciencializando-as para as responsabilidades do matrimónio e preparando-as para serem boas mães e exemplares donas de casa. Todavia, para dar mais amplitude à preparação, levando a uma melhor constituição e funcionamento do Lar, o Instituto Secular das Cooperadoras da Família fundou, em 1962, o Centro de Cooperação Familiar<sup>185</sup>, em Casegas.

De Casegas, o CCF estendeu-se a vários pontos do país, propondo-se contribuir para a promoção social das famílias, quer por sua iniciativa, quer em colaboração com os serviços Públicos competentes ou outras Instituições Particulares, num espírito de solidariedade humana, cristã e social.

Neste sentido, o CCF desenvolve um conjunto de iniciativas de acordo com a realidade local. Segundo o Art. 4º dos estatutos de 1986, o CCF tem como objectivos assistir à infância, juventude e idosos; realizar colónias de férias para crianças, adolescentes, jovens e famílias; acolher famílias ou a membros isolados das mesmas; e promover actividades de formação e promoção humana, familiar, social e espiritual de pessoas e grupos<sup>186</sup>.

## **2.4. Movimento por um Lar Cristão**

Desejando que todas as famílias fossem “comunidades de vida e de amor” à imitação da Sagrada Família de Nazaré, Monsenhor Alves Brás exortou algumas, nomeadamente as das antigas opefecistas, reunidas em Lisboa para celebrar a festa

---

<sup>185</sup> Passa-se a usar a abreviatura CCF para designar o Centro de Cooperação Familiar.

<sup>186</sup> Cf. CENTRO DE COOPERAÇÃO FAMILIAR, *Estatutos*. In Arquivo Geral do ISCF.



litúrgica da Sagrada Família de 1959, a consagrarem o seu lar à Sagrada Família de Nazaré e a tomá-La como modelo. O desafio foi aceite por um conjunto de famílias. Neste sentido, em 1962, foi fundado o Movimento por um Lar Cristão<sup>187</sup>.

O MLC é um movimento de espiritualidade conjugal e familiar que pretende “levar às famílias o espírito e vida cristã pela imitação das virtudes da Sagrada Família; reparar e expiar os pecados que se cometem no meio familiar; evitar por todos os meios possíveis situações ilícitas e procurar legalizar, pelo matrimónio as existentes”<sup>188</sup>. Convocados em torno da Sagrada Família de Nazaré, os seus membros “têm consciência da sua identidade eclesial, de participarem na missão evangelizadora da Igreja, assumindo-se como testemunhas da Boa Nova da Família”<sup>189</sup>.

Este movimento foi precedido pela “Cruzada de Amor e Reparação a bem da Família”. Esta é criada, em 1952, com o objectivo de “impregnar as famílias de espírito e vida cristã, pela imitação das virtudes da Sagrada Família e reparar e expiar os pecados que se cometem no seio familiar”<sup>190</sup>.

O MLC deve pautar-se pela simplicidade, autenticidade, acolhimento do outro, compreensão, tolerância, espírito de partilha e entajuda<sup>191</sup>. Após a morte de Monsenhor Alves Brás, o movimento perdeu algum ardor, sendo reestruturado, em 1987, por núcleos de 5-7 famílias que se reúnem com frequência. Cada núcleo é acompanhado por uma cooperadora e, se possível, por um sacerdote, assistente espiritual.

---

<sup>187</sup> Passa-se a usar a abreviatura MLC para designar o Movimento por um Lar Cristão.

<sup>188</sup> BRÁS, Joaquim Alves – *Movimento por um Lar Cristão*. In Arquivo Mons. Brás, *Dossier 9*, 9/MLC 1; Cf. MOVIMENTO POR UM LAR CRISTÃO, *Estatutos (1994)*. In Arquivo Geral do ISCF.

<sup>189</sup> CASTANHEIRA, Maria de Fátima - *Apresentação de Mons. Alves Brás*. In *X Assembleia Mundial da CIMFC – Actas*. Torres Novas: Gráfica Almondina, 2007, 89.

<sup>190</sup> CASTANHEIRA, Maria de Fátima - *A Sagrada Família no carisma de Mons. Joaquim Alves Brás*. In *Família de Nazaré, Mistério e exemplo*, 249.

<sup>191</sup> Cf. MOVIMENTO POR UM LAR CRISTÃO, *Regulamento Interno (2002)*. In Arquivo Geral do ISCF.

O MLC integra o Conselho Nacional de Movimentos e Obras (CNMO), é membro do International Christian Family Movements Confederation (CIMFC)<sup>192</sup>, da ONU e do Conselho Pontifício para a Família.

## 2.5. Outras Obras

Torna-se difícil apresentar toda a riqueza pastoral da acção de Monsenhor Alves Brás. Porém existem mais dois movimentos a favor da família que merecem atenção. O Movimento “Quero ser Apóstolo” e o Movimento “Voluntários do Apostolado da Imprensa”.

O Movimento “Quero ser Apóstolo” foi criado em 1964. Este é aberto a todas as pessoas de boa vontade, independentemente do sexo, idade ou condição social, e tem como objectivo promover uma cadeia de ofertas (orações, trabalhos, sofrimentos, doenças, privações ou contratempos) para que as famílias se tornem centros da vida cristã e viveiros de vocações, pela santificação dos sacerdotes, pela fecundidade do seu apostolado e para que o Senhor dê à Igreja muitas vocações sacerdotais, religiosas e missionárias.

O Movimento “Voluntários do Apostolado da Imprensa” (V.A.I.)<sup>193</sup> surgiu em 1966 e encontra-se ligado tanto à Obra de Santa Zita como ao Instituto Secular das Cooperadoras da Família. Através deste movimento, Monsenhor Alves Brás pretendia promover a boa imprensa, com o objectivo de fazer chegar às famílias formação e informação que as ajudasse a crescer humana, cristã e civilmente de forma sã e equilibrada.

---

<sup>192</sup> Sigla portuguesa – Confederação Internacional de Movimentos de Famílias Cristãs.

<sup>193</sup> V.A.I. este nome deve-se às palavras: “Vai! É mandato divino... Cristo conta contigo!”. Estas foram pronunciadas por Monsenhor Alves Brás no dia 22 de Janeiro de 1966, numa reunião das criadas de Lisboa (Cf. INFANTE, Franco - *Monsenhor Alves Brás*, 603-604).

Monsenhor Alves Brás estava convencido da importante influência que a imprensa exercia nas pessoas. Ele

“conhecia bem o valor da Imprensa de inspiração cristã. Desde a primeira hora entregou-se a ela de alma e coração, utilizando-a não só como meio de formação e informação da classe serviçal, mas também, algumas vezes, como arma de defesa da Obra contra os ataques que lhe eram dirigidos por muitos”<sup>194</sup>.

Por isso entusiasmou cooperadoras, auxiliares, associadas e todas as pessoas de boa vontade a entrarem e a promoverem este movimento.

### **3. O HOJE DA ESPIRITUALIDADE DE MONSENHOR BRÁS**

Monsenhor Alves Brás estava convencido de que “a família é o «caminho da Igreja», o primeiro e o mais importante, onde as pessoas encontram o seu horizonte existencial e uma escola de realização pessoal”<sup>195</sup>. Assim, perante os atentados à dignidade da pessoa humana e da família que afligiam a sociedade portuguesa nos inícios do século XX, não fechou os olhos nem se desculpou mas deu tudo, ou melhor, deu-se na sua defesa, percorrendo o país de norte a sul. A força do Espírito fez dele um apóstolo incansável na promoção da dignidade da pessoa humana, na santificação das famílias e dos sacerdotes.

O seu exemplo e a sua espiritualidade continuam a animar as obras que fundou e desafiam a continuar o caminho por ele traçado de preparação, ajuda e acompanhamento às famílias para que estas se possam tornar verdadeiramente «igrejas domésticas».

---

<sup>194</sup> INFANTE, Franco - *Monsenhor Alves Brás*, 597.

<sup>195</sup> CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA - *Nota Pastoral da Conferência Episcopal Portuguesa no Centenário do Nascimento do Servo de Deus Mons. Joaquim Alves Brás*, 287.

A fidelidade à pastoral que desenvolveu faz das obras que fundou como que um farol no meio de uma sociedade que dilacera o seio familiar. As suas obras continuam, na actualidade, a despertar a consciência de muitas famílias para os seus direitos e deveres, esforçando-se por dar às famílias formação cristã que as ajude a serem testemunhas perante famílias dilaceradas e descristianizadas.

“A recordação dos exemplos, dos ditos e feitos dos pais, avós e bisavós é sempre lição viva e salutar que os descendentes recordam e transmitem aos vindouros. Preguem os pais, com o exemplo duma vida modelarmente cristã, procurando depois, com a palavra, instruir e formar os filhos na doutrina de Cristo”<sup>196</sup>.

A árvore que Monsenhor Alves Brás plantou no meio do mundo continua a crescer e a dar frutos virtuosos para a Igreja e para a sociedade. A sua espiritualidade continua viva e activa nas casas que espalhou pelo país e donde, tal fermento, faz levedar a massa no silêncio e discrição da simplicidade, da abnegação e do acompanhamento.

## 4. CONCLUSÃO

“Na época que passa, é impossível falar-se de apostolado sem que imediatamente se diga: Obras, façamos obras. Nada de mais justo e de mais necessário. Mas é necessário que entremos nessas obras dispostos a trabalhar e a fazer os sacrifícios que nos forem exigidos. É preciso vivermos para essas obras...”<sup>197</sup>.

Monsenhor Alves Brás estava consciente de que a sua acção pastoral só fazia sentido enquanto tivesse como objectivo dar glória a Deus. Assim, esforçou-se por unir

---

<sup>196</sup> BRÁS, Joaquim Alves - *O Lar cristão é um templo*. In Arquivo Mons. Brás, *Dossier 7*, 7/Fam 15.

<sup>197</sup> BRÁS, Joaquim Alves - *Apostolado, maneira de o fazer*. In Arquivo Mons. Brás, *Dossier 7*, 7/Apost 8.

intimamente na sua vida a espiritualidade e a pastoral, pois a sua espiritualidade era o fundamento para a sua acção pastoral e a sua pastoral tinha que estar impregnada de espiritualidade, conduzindo a um contínuo caminho de aperfeiçoamento humano e cristão.

Ao fundar as diversas obras e movimentos, pretendeu transmitir essa consciência, expressa no lema: “Mãos no trabalho, coração em Deus”, a quantos se cruzavam com ele. Deste modo, comprometeu criadas e famílias, consagradas e sacerdotes na fidelidade e empenho quer no trabalho, quer na vida espiritual, aliando apostolado e sacrifício. “No ministério de atenção e solicitude pela Família, foi profeta e pioneiro, ao nível de vultos porventura mais conhecidos pela doutrina e doutrinação teórica, mas que ficaram aquém da obra e das Obras que o Pe. Brás fundou e animou”<sup>198</sup>.

---

<sup>198</sup> COELHO, Armindo Lopes - *Homilia (09 de Maio de 1999)*. In *Celebrar uma Vida Projectar uma Obra: 1º Centenário do Nascimento de Mons. Joaquim Alves Brás*, 331.

## CONCLUSÃO GERAL

---

Monsenhor Joaquim Alves Brás desafiou o seu tempo, despertando-o para a realidade concreta. Num tempo de profundas transformações políticas, sociais e eclesiais, soube manter-se fiel a Deus e à Igreja, entregando-se desmedidamente ao serviço da família, através das criadas de servir. O seu percurso interpelou uma geração e continua a interpelar de geração em geração, quantos se confiam a Deus. A sua mensagem advém-nos exclusivamente do seu testemunho e da sua experiência pessoais. Todo o seu itinerário foi um caminho de encontro com Deus e com os irmãos.

Como viandante, Monsenhor Alves Brás foi crescendo na intimidade com Jesus. E através desta, entregou-se totalmente ao serviço dos mais pequeninos do seu tempo. Nos piores momentos e nos contextos mais adversos, não ficou preso a lamentações ou amedrontado com os desafios, confiou-se na intimidade com Deus e permitiu que fosse Ele a conduzir a sua vida e a sua actividade pastoral.

Monsenhor Joaquim Alves Brás, desde o seio familiar, foi crescendo como filho de Deus que reconhece a sua pequenez perante a imensa bondade e misericórdia do Pai. É isso mesmo que belissimamente transmitia às cooperadoras e, paralelamente, nos transmite a nós. Confiado na misericórdia de Deus, sabia que o caminho não era fácil e que só fazia sentido se fosse entendido como caminho de amor. Assim, soube escalar o caminho da santidade, sendo sinal de esperança.

Pôr em prática os ensinamentos blasianos nos nossos dias nem sempre é fácil e também nem sempre o sabemos fazer, pois muitas são as resistências, as atracções, os

esquemas, as palavras, que o mundo nos oferece e que não são as de Cristo, nem orientam para Cristo.

Apesar da realidade, é fundamental oferecer uma resposta de esperança. Esta resposta certamente permitirá ao homem deixar para trás o seu vazio, a sua alienação. É urgente ter a coragem de sair da mediocridade espiritual em que vivemos e da derrota que muitas vezes nos endurece o coração, deixando-nos parados face aos dramas que afectam o nosso mundo, nomeadamente no âmbito familiar. Isto é extremamente exigente, mas é e continua a ser possível e desafiante.

Monsenhor Alves Brás, com o seu exemplo e as obras que fundou, diz-nos que é possível. Perante o seu itinerário podemos, depreender que uma vida verdadeiramente cristã nunca permitirá um adormecimento perante a realidade. Será sempre uma vida de entrega e de amor, que conduzirá à união com Deus e com os irmãos.

Monsenhor Alves Brás, inspirado pelo Espírito Santo, manifestou à Igreja um caminho de aperfeiçoamento, entrega e serviço. Os seus escritos continuam a ser voz interpeladora e revitalizante, colocando-nos diante da realidade da vida e da experiência como um autêntico desafio, uma aventura que é real e não imaginária.

“Monsenhor Alves Brás, apóstolo da família, com as obras que fundou, quis só isto: que, nos nossos lares, a lei seja a vida e sempre mais vida e uma vida sempre mais feliz. Vamos ouvir hoje de novo e em todas as nossas famílias este apelo. Que todos ali amemos a vida, gostemos da vida, promovamos a vida”<sup>199</sup>.

---

<sup>199</sup> MONTEIRO, António - *Homilia (14 de Fevereiro de 1999)*. In *Celebrar uma Vida Projectar uma Obra: 1º Centenário do Nascimento de Mons. Joaquim Alves Brás*, 302.

## ANEXOS

---

### ANEXO I - CRONOLOGIA DA VIDA E DA OBRA DO PADRE

#### JOAQUIM ALVES BRÁS<sup>200</sup>

---

<b>1899</b>	Março (20)	Joaquim Alves Brás nasce na freguesia de Casegas, tendo sido baptizado de urgência em casa.
	Abril (13)	É levado à igreja paroquial para os complementos do baptismo.
<b>1910</b>		Faz a primeira comunhão. É acometido de uma coxalgia.
<b>1913</b>	Agosto (02)	Faz, com aprovação, exame de instrução primária.
<b>1917</b>	Novembro (20)	É admitido por D. José Alves Matoso, Bispo da Guarda, a frequentar o Seminário do Fundão.
<b>1920</b>	Junho (12)	Recebe o sacramento do Crisma das mãos de D. José Alves Matoso.
<b>1922</b>	Outubro	Entra no Seminário Maior da Guarda.
<b>1923</b>	Março (02)	Morre o pai do Joaquim Alves Brás, com 66 anos de idade.
	Dezembro (20)	Recebe a Prima Tonsura das mãos de D. João de Oliveira Matos, Bispo Auxiliar da Guarda.
	Dezembro (21)	Recebe a Ordem Menor de Ostiário-Leitor.
	Dezembro (23)	Recebe a Ordem Menor de Exorcista-Acólito.
<b>1925</b>	Maio (10)	É ordenado Subdiácono.
	Julho (12)	Recebe a ordenação de Diácono.

---

---

<sup>200</sup> Cf. M. TRINDADE, *O Padre Joaquim Alves Brás – Uma vida, uma obra*, 243-245. Os anos assinalados com \* Cf. INSTITUTO SECULAR DAS COOPERADORAS DA FAMÍLIA, *Padre Alves Brás: O importante é a Família*, 128-132.



<b>1925</b>	Julho (19)	É ordenado Presbítero por D. José Alves Matoso.
	Julho (20)	Celebra a Missa Nova na Capela do Seminário do Fundão.
	Setembro (14)	Toma posse da paroquialidade da freguesia de Donas e exerce as funções de confessor ordinário dos seminaristas do Fundão.
<b>1929</b>		Agrava-se o seu estado de saúde devido à coxalgia.
<b>1930</b>	Outubro (21)	É nomeado director espiritual do Seminário Maior da Guarda e pouco depois começa a visita aos doentes do Hospital da Guarda.
<b>1931</b>	Abril (01)	Prega o tríduo preparatório da comunhão pascal das empregadas domésticas.
<b>1932</b>	Abril (25)	Aprovação da Obra de Previdência e Formação das Criadas (OPFC) por D. José Alves Matoso.
	Agosto (01)	Inauguração da Casa de Santa Zita na Rua D. Sancho I, na Guarda.
<b>1933</b>	Junho (04)	O “Instituto” das Cooperadoras da Família tem origem na Guarda, com a aprovação oral do Ordinário do lugar. Era dia de Pentecostes.
<b>1934</b>	Março (01)	Aparece o Boletim mensal “Voz das Criadas” que, em Janeiro de 1967, tomou o nome de “Bem-Fazer”.
<b>1939</b>	Julho (05)	Abre a primeira Casa de Santa Zita em Lisboa, na Rua de Santa Marta.
<b>1940</b>	Outubro (10)	Transferência da Casa de Lisboa para a Rua Luciano Cordeiro.
<b>1941</b>	Novembro	Transferência da Casa de Lisboa para a Av. Duque de Loulé.
<b>1942</b>	Julho (11)	A OPFC é autorizada, a nível nacional, pelo Subsecretário de Estado da Assistência Social.
<b>1944</b>	Março (25)	Morre a mãe do Padre Brás, com 80 anos de idade.
	Julho (08)	Compra da Casa de Santo António à Estrela, em Lisboa.
<b>1945</b>	Abril (22)	Incêndio na Casa de Santo António à Estrela.
<b>1946</b>	Abril (06)	Morre, no Porto, o Padre António Alves Pacheco S.J., irmão do Padre Brás.

<b>1946</b>	Junho (23)	Reabre a Casa de Santo António à Estrela, depois de inteiramente remodelada.
<b>1955</b>	Janeiro (10)	D. Manuel Gonçalves Cerejeira erige canonicamente como “Obra Pia” a Obra das Cooperadoras da Família. Isabel de Jesus Pinto é eleita Directora Geral.
<b>1957</b>	Abril (27)	Bodas de Prata da fundação da OPFC.
<b>1958</b>	Abril (26)	Joaquim Alves Brás é nomeado Monsenhor.
<b>1960</b>	Janeiro	Aparece o “Jornal da Família”.
<b>1961</b>	Janeiro (09)	Isabel de Jesus Pinto é reeleita Directora Geral.
	Fevereiro (18)	A Congregação dos Religiosos e Institutos Seculares concede o <i>Nihil Obstat</i> que permite a erecção canónica da Obra Pia das Cooperadoras da Família como Instituto Secular.
	Março (19)	D. Manuel Gonçalves Cerejeira erige a Obra Pia em Instituto Secular. Isabel de Jesus Pinto passa automaticamente a Directora Geral do Instituto.
<b>1962</b>	Junho (16)	Monsenhor Brás é elevado à categoria de Prelado Doméstico.
	-	*É editada, com aprovação canónica e bênção de Sua Eminência, o senhor Cardeal Patriarca de Lisboa, uma pagela com o Estatuto do Movimento por um Lar Cristão.
<b>1963</b>	Abril (27)	Monsenhor Brás vai a Roma e é recebido em audiência pelo Papa João XXIII.
<b>1966</b>	Março (13)	Monsenhor Brás morre no Hospital de Jesus, em Lisboa, após um desastre de automóvel.
	Maió (01)	Abre a sede provisória do Centro do ISCF, em Madrid.
<b>1967</b>	Janeiro (26)	Maria Natália da Costa Albuquerque é eleita Directora Geral do ISCF.
	Fevereiro (16)	As Cooperadoras chegam a Guanhães (Arquidiocese de Diamantina), no Estado de Minas Gerais, abrindo de seguida casa provisória.
<b>1970</b>	Outubro (26)	Abre o Centro de Roma, na Via Nicolò III.
<b>1973</b>	Janeiro (12)	Maria Natália da Costa Albuquerque é reeleita Directora Geral do ISCF.

<b>1973</b>	Outubro (07)	D. Américo Henriques, Bispo de Nova Lisboa – Huambo, em Angola, cria a Missão Católica Feminina da Calumanda e confia-a às Cooperadoras da Família.
<b>1979</b>	Fevereiro (10)	Luzia de Jesus é eleita Directora Geral do ISCF.
<b>1982</b>	Abril (25)	Bodas de Ouro da fundação da Obra de Santa Zita.
<b>1985</b>	Fevereiro (09)	Maria Otilia Nave Tourais é eleita Directora Geral do ISCF.
<b>1986</b>	Março (19)	Bodas de Prata do Instituto Secular das Cooperadoras da Família.
<b>1990</b>	Junho (15)	Abertura da Causa de Beatificação do Servo de Deus Padre Joaquim Alves Brás, no tribunal Eclesiástico do Patriarcado de Lisboa, sob a presidência de D. António Ribeiro, Cardeal Patriarca.
<b>1992*</b>	Março (18)	Encerramento do Processo de Beatificação do Servo de Deus Padre Joaquim Alves Brás, no Patriarcado de Lisboa.
	Abril (01)	Entrega do Processo na Congregação para a Causa dos Santos, em Roma.
<b>1993*</b>	Junho (04)	Publicação do Decreto de validade do Processo.
<b>1996*</b>	Março (30)	Entrega da <i>Positio Super Virtutibus et Fama Sanctitatis</i> na Congregação para a Causa dos Santos.
<b>2008*</b>	Março (15)	O Papa Bento XVI reconhece, por Decreto, a heroicidade das virtudes do Pe. Joaquim Alves Brás.

---

# BIBLIOGRAFIA

---

## I. FONTES

- ARQUIVO GERAL DA OBRA DE SANTA ZITA. Discursos do 25º Aniversário (Dossier nº 38).
- *BÍBLIA Sagrada*. 4ª Edição. Lisboa/Fátima: Difusora Bíblica, [2002].
- BRÁS, Joaquim Alves - *Institutos Seculares: Instituto das Cooperadoras da Família*. Lisboa: Instituto das Cooperadoras da Família, 1973.
- BRÁS, Joaquim Alves - *Uma Vocação Ignorada*. Lisboa: Edições OPFC, 1956
- ISCF. Arquivo Geral do ISCF. Centro de Coordenação Familiar.
- ISCF. Arquivo Geral do ISCF. Movimento por um Lar Cristão.
- ISCF. Arquivo Mons. Brás: Retiros Pessoais (Dossier nº 2).
- ISCF. Arquivo Mons. Brás: Clero e Seminaristas (Dossier nº 3).
- ISCF. Arquivo Mons. Brás: Retiros Pregados (Dossier nº 4).
- ISCF. Arquivo Mons. Brás: Aspectos Doutrinários (Dossier nº 6 e 7).
- ISCF. Arquivo Mons. Brás: Fundações Diversas (Dossier nº 9).
- ISCF. Arquivo Mons. Brás: Obra de Providência e Formação das Criadas II (Dossier nº 11).
- ISCF. Arquivo Mons. Brás: ICF Constituições e Regulamento (Dossier nº 13).

- ISCF. Arquivo Mons. Brás: ICF Constituições (Dossier nº 14).
- ISCF. Arquivo Mons. Brás: Notas Pessoais Diversas (Dossier nº 16).
- ISCF. Arquivo Mons. Brás: Cartas do Monsenhor Brás às Cooperadoras da Família (Dossier nº 17).
- ISCF. Arquivo Mons. Brás: Cartas do Monsenhor Brás a Outras pessoas (Dossier nº 19).
- ISCF. Arquivo Mons. Brás: Cartas Postulatórias de Bispos, Padres e Fiéis (Dossier nº 32).
- ISCF. Arquivo Mons. Brás: Depoimentos de Bispos, Padres e Fiéis (Dossier nº 33).
- *NOVENA ao Venerável Servo de Deus Mons. Joaquim Alves Brás*. Lisboa: Instituto Secular das Cooperadoras da Família, 2004.

## II. MAGISTÉRIO

- CONGREGATIO DE CAUSI SANCTORUM – Decretum Super Virtutibus: Beatificationis et Canonizationis Servi Dei Ioachini Alves Brás Presbyteri dioecessani conditoris Instituti Saecularis Cooperatricum Familiae (1899 – 1966). AAS. 101 (2009) 410-412.
- CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA – Nota Pastoral da Conferência Episcopal Portuguesa no Centenário do Nascimento do Servo de Deus Mons. Joaquim Alves Brás. *Lumen*. 60 (1999) 286-289.

- EPISCOPADO PORTUGUÊS – Pastoral Colectiva. In *Concilio Plenário Português*. Lisboa: União Gráfica, 1939.
- IOANNES PP. XXIII – Litterae Encyclicae Sacerdotii Nostri Primordia. AAS. 51 (1959) 545-579.
- PIUS PP. X – Exhortatio Haerent Animo. ASS. 41 (1908) 555-577.
- PIUS PP. XI – Litterae Encyclicae Ad Catholici Sacerdotii. AAS. 28 (1936) 5-53.
- PIUS PP. XII – Exhortatio Apostolica Menti Nostrae. AAS. 42 (1950) 657-704.

### III. INSTRUMENTOS DE TRABALHO

- ANCILLI, Ermanno, Dir. – *Diccionario de Espiritualidad*. Barcelona: Editorial Herder, 1984, vol.3, pp. 316-322.
- AZEVEDO, Carlos Moreira, Dir. – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, vol. 1, pp. 418-419.

### IV. BIBLIOGRAFIA GERAL

- ALDEA, Quintín; CÁRDENAS, Eduardo – *Manual de Historia de la Iglesia, Tomo décimo, La Iglesia del siglo XX en España, Portugal y América Latina*. Barcelona: Editorial Herder, 1987.
- AMEAL, João – *História de Portugal das Origens até 1940*. 7ª Edição. Porto: Livraria Tavares Martins, 1974.

- AZEVEDO, Carlos Moreira, Dir. – *História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002, vol. 3.
- BIFET, Juan Esquerda – *Teología del Sacerdocio 19: Historia de la Espiritualidad Sacerdotal*. Burgos: Ediciones Aldecoa, 1985.
- CARDOSO, Arnaldo Pinto – Mons. Joaquim Alves Brás, Um Apóstolo da Família em Portugal. *Lumen*. 60 (1999) 165-167.
- CARDOSO, Arnaldo Pinto, Coord. – *Mons. Joaquim Alves Brás, Um Apóstolo da Família*. Lisboa: Editorial Instituto das Cooperadoras da Família, 1994.
- CASTANHEIRA, Maria de Fátima - Apresentação de Mons. Alves Brás. In X ASSEMBLEIA MUNDIAL DA CIMFC - *Actas*. Torres Novas: Gráfica Almondina, 2007, pp. 80-90.
- *CELEBRAR uma Vida Projectar uma Obra: 1º Centenário do Nascimento de Mons. Joaquim Alves Brás*. Lisboa: Instituto Secular das Cooperadoras da Família, 2000.
- CHECA, Rafael – *La Pastorale della Spiritualità Cristiana*. Città del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 1998.
- COELHO, Messias Dias – *O Problema das Criadas*. Lisboa: Edições OPFC, 1958.
- *COM A FORÇA do Espírito*. Lisboa: Instituto das Cooperadoras da Família, 2009.
- *FAMÍLIA DE NAZARÉ, Mistério e Exemplo*. Prior Velho: Instituto Secular das Cooperadoras da Família; Paulinas, 2005.
- *FLORES sobre a Terra: Boletim para a causa de Beatificação de Mons. Joaquim Alves Brás*. 1994-

- INFANTE, Franco – *Monsenhor Alves Brás*. Lisboa: Editorial Instituto das Cooperadoras da Família, 1976.
- INFANTE, Franco – *O Homem das três medidas*. Castelo Branco: Tipografia Semedo, [1982].
- INSTITUTO SECULAR DAS COOPERADORAS DA FAMÍLIA - *Constituições (2000)*. Lisboa: Instituto Secular das Cooperadoras da Família, 2000.
- INSTITUTO SECULAR DAS COOPERADORAS DA FAMÍLIA – *Directório*. Lisboa: Instituto Secular das Cooperadoras da Família, 2003.
- INSTITUTO SECULAR DAS COOPERADORAS DA FAMÍLIA – *Padre Alves Brás: O importante é a Família*. 5ª Edição. Lisboa: Editorial Instituto das Cooperadoras da Família, 2011.
- LOURENÇO, Joaquim Maria – *Situação Jurídica da Igreja em Portugal: (Análise histórico-jurídica e crítica das relações da Igreja Católica com o Estado Português)*. Coimbra: Coimbra Editora, 1943.
- MARQUES, A. H. de Oliveira – *A 1ª República Portuguesa (Alguns Aspectos Estruturais)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1975.
- MAROTO, Daniel – *Historia de la Espiritualidad*. Madrid: Instituto de Espiritualidad a distancia agregado al “Tesianum” de Roma, 1986.
- MEERSSCHAERT, Lieve – Alguns contributos para o estudo da identidade das empregadas domésticas em Portugal. *Análise Social*. 22 (1986) 633-642.
- OBRA DE PREVIDÊNCIA E FORMAÇÃO DAS CRIADAS - *Directório Prático da Obra de Previdência e Formação das Criadas*. Guarda: Oficinas de S. Miguel, 1954.



- OBRA DE PREVIDÊNCIA E FORMAÇÃO DE CRIADAS - *Estatutos da Obra de Previdência e Formação de Criadas da Guarda*. Guarda: Oficinas do Outeiro de S. Miguel, 1933.
- OBRA DE PREVIDÊNCIA E FORMAÇÃO DE CRIADAS - *Estatutos da Obra de Previdência e Formação das Criadas*. Guarda: Tipografia “Veritas”, 1942.
- ROCHA, Georgino – Igreja Portuguesa no Século XX – Roteiro Pastoral 1. *Estudos Teológicos* 2 (1998) 479-499.
- SALAZAR, António de Oliveira – *Centro Católico Português*. Coimbra: Coimbra Editora, 1922.
- SARAIVA, José Hermano, Dir. - *História de Portugal*. [S.l.]: Publicações Alfa, 1983, vol. 3.
- SCHEEBEN, Mathias Joseph – *Los Misterios del Cristianismo*. Barcelona: Herder, 1953.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal*. [S.l.]: Verbo, 1988, vol. 10. 13.
- STEENBERGHEN, Fernand van – Le sacerdoce selon le cardinal Mercier. *Sacerdoce et célibat*. 28 (1971) 133-156.
- TRINDADE, Manuel de Almeida – *O Padre Joaquim Alves Brás: Uma vida, uma obra*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1991.

# ÍNDICE

---

SIGLÁRIO .....	2
INTRODUÇÃO .....	4

## CAPÍTULO I

### MONSENHOR BRÁS: UM HOMEM NO SEU CONTEXTO

1. A SUA VIDA.....	8
2. PORTUGAL DOS ÍNICIOS DO SÉCULO XX.....	14
2.1. Contexto Politico .....	15
2.2. Contexto Social .....	20
3. A IGREJA PORTUGUESA NO SEU INICIO DO SÉCULO XX.....	23
3.1. Contexto Religioso .....	24
3.2. Contexto Eclesial .....	26
4. CONCLUSÃO .....	30

## CAPÍTULO II

### MONSENHOR BRÁS: VIDA SEGUNDO O ESPÍRITO

1. TEOLOGIA SACERDOTAL .....	32
2. TRAÇOS ESPIRITUAIS DE MONSENHOR BRÁS .....	35
2.1. Relação do Homem consigo mesmo .....	36
2.1.1. Virtudes, sentimentos e defeitos .....	37
2.1.2. Espírito de Sacrifício.....	39
2.2. Relação do Homem com Deus .....	42
2.2.1. União com Cristo .....	43
2.2.2. Oração e Piedade.....	45
2.2.3. Aos pés de Maria .....	48
2.2.4. Sacralidade do tempo .....	49

2.3.	Relação do Homem com os outros .....	49
2.3.1.	Serviço aos Irmãos .....	50
2.3.2.	Amor à Igreja.....	51
3.	CONCLUSÃO .....	53

## **CAPÍTULO III**

### **MONSENHOR BRÁS: ESPIRITUALIDADE FEITA OBRA**

1.	PROBLEMA DAS CRIADAS .....	55
2.	OBRAS DE MONSENHOR JOAQUIM ALVES BRÁS.....	58
2.1.	Obra de Providência e Formação das Criadas .....	60
2.1.1.	Formação .....	62
2.1.2.	Providência.....	64
2.1.3.	Assistência .....	65
2.2.	Instituto Secular das Cooperadoras da Família .....	67
2.2.1.	Focos de Esperança .....	71
2.3.	Centro de Cooperação Familiar .....	71
2.4.	Movimento por um Lar Cristão .....	72
2.5.	Outras Obras .....	74
3.	O HOJE DA ESPIRITUALIDADE DE MONSENHOR BRÁS .....	75
4.	CONCLUSÃO .....	76
	CONCLUSÃO GERAL .....	78
	ANEXOS.....	80
	BIBLIOGRAFIA.....	84
	ÍNDICE .....	90